



GILVAN RIBEIRO

**JORNALISMO E PSICANÁLISE:
UMA RELAÇÃO DE ESCUTA A PARTIR DA OBRA DE ELIANE BRUM**

SANTA MARIA, RS

2021

GILVAN RIBEIRO

**JORNALISMO E PSICANÁLISE: UMA RELAÇÃO DE ESCUTA A PARTIR
DA OBRA DE ELIANE BRUM**

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Jornalismo, Área de Ciências Sociais, da Universidade Franciscana, como requisito parcial para obtenção do grau de Jornalista – Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rosana Cabral Zucolo

Santa Maria, RS

2021

GILVAN RIBEIRO

**JORNALISMO E PSICANÁLISE: UMA RELAÇÃO DE ESCUTA A PARTIR
DA OBRA DE ELIANE BRUM**

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Jornalismo, Área de Ciências Sociais, da Universidade Franciscana, como requisito parcial para obtenção do grau de Jornalista – Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo.

Santa Maria, 13 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Psicólogo e Psicanalista ME Eduardo Bagolin

UFSM

Prof^ª. Dr^ª Glaíse Palma

UFN

Prof^ª. Dr^ª Rosana Cabral Zucolo
(orientadora) UFN

Dedico este trabalho à Clara.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão em torno da prática jornalística na interface com a psicanálise, a partir do conceito de escuta, base estrutural do campo psicanalítico. Neste sentido, situa-se a escuta possível para o jornalismo, como uma ferramenta que potencializa a relação comunicacional entre repórter e fonte. Tem como objeto de estudo os livros reportagem *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua* (2008), escritos por Eliane Brum. Por meio do método interpretativo, compreende o papel social do jornalismo e como Eliane revela o modo de existência do outro em suas reportagens. Apoiar-se nos trabalhos de Adelmo Genro Filho (1987), Gisele Dotto Reginato (2019), Cremilda Medina (1990), Márcia Benetti (2014), Martin Buber (1982), Nelson Traquina (1991), Sigmund Freud (1912), dentre outros. No que tange aos resultados da pesquisa, reconhecemos uma interface possível entre jornalismo e psicanálise, sendo que a escuta abre os caminhos para o caráter dialógico da abordagem jornalística.

Palavras-Chave

Jornalismo, Escuta, Psicanálise, Eliane Brum

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on journalistic practice in the interface with psychoanalysis. From the concept of listening, used in the psychoanalytic field, it is inferred that the journalist Eliane Brum operates differently in her interviews. In this sense, the proposal is to situate the possible listening in journalism, as a tool that enhances the communicational relationship between reporter and source. To this end, we selected as object of study the reportage books “A vida que ninguém vê” (2006) and “O olho da rua” (2008), written by Brum. Through the interpretative method, we seek to understand the social role of journalism and how Eliane reveals the other one's way of existence in her reports. The theoretical framework is composed of the formulations by authors such as Adelmo Genro Filho (1987), Gisele Dotto (2019), Cremilda Medina (1990), Márcia Benetti (2014), Martin Buber (1982), Nelson Traquina (1991), Sigmund Freud (1912), among others. Regarding the research results, we recognize a possible interface between journalism and psychoanalysis, as long as listening opens ways to journalistic approach's dialogical character.

Keywords

Journalism, Listening, Psychoanalysis, Eliane Brum

“A primeira condição para mudar a realidade consiste em conhecê-la”.

Eduardo Galeano

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAPÍTULO II: REFLEXÕES EM TORNO DO JORNALISMO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL	15
2.1 O papel social do jornalismo.....	15
2.2 Jornalismo enquanto práxis.....	17
2.3 Jornalismo e alteridade	20
2.4 Comunidade jornalística	24
3. CAPÍTULO III: A ESCUTA	26
3.1 A escuta na psicanálise	26
3.4 A escuta na entrevista jornalística.....	32
3.5 Entrevista: um ato dialógico possível	33
4. CAPÍTULO IV: PERCURSO METODOLÓGICO	38
4.1 Eliane Bum.....	39
4.2 Obras analisadas.....	41
4.3 Análise	43
4.4 A escuta como interface.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	56
6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	58

1. INTRODUÇÃO

A ideia de relacionar a prática jornalística de Eliane Brum com o conceito de escuta partiu inicialmente de dois pontos. O primeiro, que acabou se tornando a espinha dorsal do nosso trabalho, ocorreu na leitura do livro *A vida que ninguém vê*, que carrega um compilado de reportagens produzidas pela jornalista para o Jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS). Nessa experiência, prevaleceu a intuição de que Eliane se coloca de maneira diferenciada diante de seus entrevistados, e que isso tem relação direta com a maneira como ela escuta as pessoas. O segundo ponto surgiu de uma pista clara, deixada por Eliane no canto superior direito da página inicial do seu site¹, em que uma foto sua é acompanhada da seguinte legenda: **“sou uma escutadeira que escreve”**. A partir desta afirmativa tão simples, ancoramos a primeira de nossas certezas, a de que a escuta tem um papel importante na prática jornalística de Eliane. Seguindo essa pista, encontramos uma entrevista dela, concedida à Agnes Francine, em que Eliane diz se considerar muito mais *olhadeira e escutadeira*, do que *faladeira*. ‘‘Eu sempre olho muito e fico escutando, tentando ver o que está acontecendo, ela afirma. (MARIANO, 2011. pág. 309)

Sobre a escuta para o jornalismo poderíamos pensar, de antemão, que “escutar” é uma premissa básica para qualquer repórter que pretende reunir informações em uma pauta. Mas será que os jornalistas estão escutando ou apenas ouvindo? Vale pensar que o ouvir não está necessariamente relacionado ao ato de escutar. É possível que o repórter não esteja realmente aberto a escuta, conduzindo a entrevista por um caminho que o faça apenas confirmar suas certezas pré-estabelecidas. Nas palavras de Eliane entendemos que escutar é muito mais do que ouvir é:

Não interromper quando a pessoa está falando. É tu não esperar que ela fale uma coisa quando ela não fala o que tu quer e então tu acha que não está bom. Escutar é estar aberto para o espanto, é estar aberto para se surpreender. É tu te despir. Eu acho que cada reportagem, cada entrevista te exige isso: é tu te despir daquilo que tu é, dos teus preconceitos, da tua visão de mundo e chegar o mais vazia possível para aquele momento e conseguir realmente escuta com todos os sentidos o que aquela pessoa está dizendo. (BRUM, 2011, pág. 310)

¹BRUM, Eliane. Desacontecimentos, 2020. Disponível em: <http://desacontecimentos.com/>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

Neste sentido, o psicanalista Rubem Alves (2000, p. 2014) observa que “não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito (...) é preciso ter silêncio dentro da alma”.

A escuta está para Eliane como uma qualidade indissociável do trabalho do bom jornalista. Em palestra ministrada na cidade de Manaus, relatada em matéria² de Fabio Pontes, Eliane diz que “sem essa escuta feita com todos os sentidos o jornalista não terá a capacidade de produzir uma boa reportagem”. Segundo relatou Pontes, na mesma ocasião Eliane falou sobre a tendência de parte da imprensa, no sensacionalismo policial, de buscar fortalecer a “desumanização” tanto das vítimas quanto dos criminosos. Na sua análise, desfazer essas formas de jornalismo só será possível com o aperfeiçoamento da capacidade de se escutar as fontes – e o escutar no sentido mais amplo da palavra. Em outra matéria, publicada no site Sul 21³, quando questionada pelo repórter Samir Oliveira sobre o que diria para quem está começando no jornalismo, Eliane é enfática na resposta: “que escutem”. Ela vai além, diz que “o grande desafio é aprender a escutar [...] saber escutar as respostas é tão ou mais importante do que saber perguntar. Ser repórter é aprender a olhar e escutar”.

O apontamento feito por Eliane, sobre uma possível negligência por parte dos jornalistas no manuseio da escuta, em parte se confirmou quando partimos em busca de estudos da área, que tratem do conceito de escuta. Se a escuta está sendo praticada pela comunidade jornalística, sua teorização ainda não ganhou grande alcance. Desta forma, compreendemos como oportuna essa investigação, que busca aproximar a comunicação de um conceito tão caro ao ato comunicativo. Entretanto, diante desta lacuna de referências, partimos para outras disciplinas das ciências sociais e humanas para encontrar subsídio teórico acerca da escuta. Foi assim que chegamos ao campo da psicologia, mais especificamente uma de suas vertentes mais conhecidas, a psicanálise.

A decisão de trabalhar com a escuta a partir do olhar estabelecido na psicanálise, ocorre aqui por uma razão justificada, mas vale ressaltar que não consideramos este conceito como sendo de propriedade do referido campo. A escuta enquanto uma ferramenta que possibilita a comunicação entre pessoas é também utilizada em outras disciplinas, tais como antropologia, pedagogia e terapia ocupacional. Entretanto, o nosso interesse na escuta

² PONTES, Fabio. Amazônia Real, 2017. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-desafio-da-reportagem-e-recuperar-o-olhar-do-espanto-diz-eliane-brum/>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

³ OLIVEIRA, Samir. Sul 21, 2012. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/04/eliane-brum-%e2%80%9cser-reporter-e-aprender-a-olhar-e-escutar%e2%80%9d/>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

psicanalítica justifica-se quando entendemos que este conceito faz parte da essência da psicanálise. Ou, como afirma Dunker⁴ (2017) “a psicanálise é uma atividade humana essencialmente baseada nisso, o que o psicanalista faz é escutar”.

Diante de casos de histeria, o médico alemão Sigmund Freud (2017) entendeu que precisava ir além das técnicas propostas pela medicina, que não considerava a escuta como uma premissa no tratamento psicológico. Em meados de 1900, Freud foi o primeiro a oferecer escuta às pacientes histéricas, então vistas pela classe médica como dissimuladas. Falcão & Macedo (2005, pág. 65) frisam que a psicanálise surge e se desenvolve na escuta e a partir da escuta singular a que se propõe e que “Freud inaugurava novos tempos, o tempo da palavra como acesso por parte do homem ao desconhecido em si mesmo, e o tempo da escuta que ressalta a singularidade de sentidos da palavra enunciada.

A partir desta relação entre psicanálise e escuta, vislumbramos um caminho auspicioso ao aproximar este campo do jornalismo. Nesta direção, formatamos o nosso objetivo principal para este trabalho, que é refletir acerca da prática jornalística com base no conceito de escuta utilizado no campo da psicanálise. Também de nosso interesse investigativo, buscamos situar a escuta como uma ferramenta que potencializa a prática da entrevista jornalística. E, diante do teor noticioso que compõe os textos de Eliane, ou seja, a partir de questões que notoriamente pautam o olhar (e os ouvidos) da jornalista, notamos um interesse seu, quase que missionário, na busca por dar voz àqueles que pela sociedade são marginalizados. Desta observação surge outro objetivo específico nosso, que visa compreender como a escuta operada por Eliane, pode humanizar a atuação do repórter no processo de alteridade. Nesta mesma direção, julgamos importante, também, refletir acerca do papel social do jornalismo, situando a importância desta profissão para a saúde do sistema democrático que vivemos.

O percurso metodológico deste trabalho segue o viés interpretativo, com base nos livros de Eliane Brum citados anteriormente, correlacionados ao quadro de referências apresentado. O recorte escolhido não busca analisar as reportagens de Eliane, sendo de nosso interesse principal compreender o processo criativo da jornalista. Assim, entendemos como mais importante colocar luz àquilo que ela diz sobre o seu trabalho e, principalmente, sobre a maneira como atua na prática da entrevista.

A estrutura topográfica do nosso trabalho se organiza da seguinte maneira. Primeiro, tratamos das reflexões em torno do papel social do jornalismo, a partir da autora Reginato

⁴ DUNKER, Christian. Como aprender a escutar o outro?. Casa do Saber. 2017. (1m15s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zo-jk4kVtE8&t=368s>. Acesso em: 26 de jun. de 2020.

(2019), que realizou uma minuciosa pesquisa que visa compreender as finalidades conceituais e práticas do jornalismo na sociedade. Com Genro Filho (1997), retomamos o conceito marxista de práxis que, relacionado ao jornalismo, sugere que o comunicador social deve se colocar como um agente de ação e transformação no meio em que atua, negando, assim, a lógica positivista que postula objetividade e a imparcialidade como ideais a serem alcançados. Para refletir sobre a alteridade no jornalismo, convocamos as autoras da comunicação social Benetti (2014), Lago (2014) e Veiga (2006). Já no campo da filosofia, encontramos um importante respaldo teórico nas formulações de Buber (1982), na sua teoria dialógica eu-tu/Eu-isso. Neste mesmo sentido, a jornalista e pesquisadora Medina (1990) amplia o nosso corpo de referências, enfatizando o caráter dialógico da abordagem jornalística. Para situar o conceito de escuta psicanalítica, retornamos às raízes deste campo para compreender como Sigmund Freud edificou uma vertente da psicologia a partir de uma nova ética para o ato de escutar.

A partir do material coletado para análise, sendo os relatos de Eliane Brum acerca do seu processo criativo - da maneira como ela atua na prática do jornalismo – reconhecemos uma interface possível entre jornalismo e psicanálise. Com Eliane, aprendemos que é possível escutar de maneira mais humana e acolhedora e que a escuta abre os caminhos para o caráter dialógico da abordagem jornalística.

2. CAPÍTULO II: REFLEXÕES EM TORNO DO JORNALISMO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

2.1 O papel social do jornalismo

Há um reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no ‘‘espaço público’’, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático, responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos. (TRAQUINA, 2002, p. 35)

É incoerente conceber a existência de um estado democrático sem que possamos contar com uma imprensa profissional e livre. Muitos são os exemplos do quanto devastadores foram os momentos históricos em que o profissional jornalista sofreu censura e

perseguição de governos autoritários. Neste sentido, entendemos que o jornalismo carrega uma responsabilidade intransferível. No que diz respeito a igualdade de direitos e acesso à informação, é seguro afirmar que o bem estar social, em parte, depende de uma imprensa também implicada nesses objetivos. Desta forma, torna-se importante refletir sobre o que acreditamos ser o verdadeiro papel social do jornalismo. Em outras palavras, o jornalismo precisa recordar *para o quê* existe.

Reginato (2019) reflete que existe certa naturalização sobre este tema, contudo sem uma preocupação efetiva em definir o papel do jornalismo na sociedade. Para a autora o dever-se do jornalismo carece de uma reafirmação de sua potência, dato o atual contexto, isso serve até para que críticas e exigências cabíveis possam ser direcionadas aos agentes do campo. Falar de jornalismo é tratar de um discurso público que não é descartável,

é se referir a um modo de conhecimento pelo qual o sujeito conhece a si mesmo e aos outros; é pensar numa das mais importantes fontes de conhecimento para diversas audiências, que acessam o conteúdo mediado pelo jornalismo para entender questões tanto do seu dia a dia quanto do funcionamento econômico, social e político. (REGINATO, 2019, p. 19)

Ao realizar uma leitura criteriosa dos principais autores que teorizam sobre o fazer jornalístico, a pesquisadora produziu uma tese em que define, de maneira pontual, as *finalidades do jornalismo*. A partir de uma lista com doze tópicos propostos pela autora, selecionamos seis que entendemos imprescindíveis para as nossas reflexões.

Ao fornecer para a sociedade a síntese dos principais acontecimentos e garantir o acesso de diferentes públicos a essa informação, o jornalista estaria cumprindo com a finalidade de **informar de modo qualificado**. Para Dotto, uma informação qualificada é aquela verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente. Outros dois critérios consistem em **investigar** os fatos detalhadamente, na busca por informações exclusivas, e **interpretar e analisar a realidade**. Nesse sentido, o jornalista deve avaliar os fatos que acontecem e explicá-los à sociedade de forma aprofundada, contextualizando as informações e fazendo relações entre passado e presente, causas e consequências. O ato de apresentar aos leitores seus direitos, enfatizando que devem ser cumpridos, o jornalismo estaria colaborando para **defender o cidadão**. Já **esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade** consiste em mostrar o mundo em toda a sua complexidade, diversidade e pluralidade, orientando o debate público e apresentando as problemáticas para que sejam discutidas na sociedade, uma forma de ajudar o leitor a formar a sua opinião. Por fim, talvez uma das mais

importantes finalidades do jornalismo, **fiscalizar o poder e fortalecer a democracia**, focando não apenas os governos como também as instituições, para observar a correção ou não dos procedimentos de conduta. Ao jornalismo cabe revelar manobras ilegais e prejudiciais à sociedade, mostrando como a democracia se organiza, e com isso auxiliar o funcionamento da vida pública. (REGINATO, *ibid.* p. 26 e seg.)

Em nossa avaliação, os tópicos apresentados até aqui servem como bússola muito bem aferida que pode nortear a ética do trabalho jornalístico. Como já ressaltado, não podemos ser ingênuos e desconsiderar as forças que constantemente buscam corromper o poder, a liberdade e os ideais humanitários da imprensa. Em um movimento cíclico, sabe-se que de tempos em tempos precisamos refletir sobre os rumos da nossa práxis, oxigenar as ideias, retomar o fôlego e seguir. Uma boa porção de autocrítica também se torna indispensável, para que possamos nos atualizar diante de um mundo que constantemente se modifica. Sobre as finalidades do jornalismo, concluímos que são:

O eixo definidor de uma atividade que tem um compromisso ético e um papel social que não pode ser atribuído por outra instituição. É o cumprimento das finalidades que singulariza o jornalismo enquanto gênero discursivo e que permite ao leitor dizer: isto não é propaganda, não é ficção, não é romance. Se não cumprir as finalidades, o jornalismo corre o risco de perder leitores, de perder qualidade, de perder o ideal que o justifica socialmente. Corre o risco de, em última análise, deixar de ser jornalismo. (REGINATO. *ibid.*, p. 246)

Quando não implicado nessas finalidades, a imprensa pode perder os rumos de sua prática, e isso certamente acarretará efeitos nocivos à coletividade. Para os que pensam que a prática jornalística deve ser neutra e objetiva, propomos um subcapítulo para tratar especificamente desta questão. Entendemos que é possível fazer um jornalismo rigoroso, comprometido com a sociedade, respeitando os fatos em coesão com a realidade.

2.2 Jornalismo enquanto práxis

Fundado no conceito de práxis, advindo da teoria marxista, Genro Filho (1987) formula uma nova teoria acerca da prática jornalística. Como explica Pontes (2017), as questões prioritárias que se colocavam para Genro Filho, há mais de duas décadas circulavam duas questões principais, “como pensar a potência do jornalismo, entendendo essa atividade como práxis e o jornalista como sujeito crítico dos fenômenos com os quais trabalha” e

“como a teoria pode servir para revelar a essência de uma prática (a produção da notícia), indicar sua necessidade para uma sociedade justa e igualitária, e assim valorizar o agente desse processo como sujeito de sua prática, como produtor de conhecimento?” (PONTES, 2017, p. 170)

Na práxis marxista, o homem é um sujeito que pensa o mundo e é parte desse mundo. É importante destacar que Genro Filho foi um crítico ferrenho das teorias que valorizam a neutralidade e a objetividade no jornalismo. A reificação do sujeito pregada pelo espírito pragmático, desconsidera que a complexidade dos fatos torna contraditório o ideal de objetividade. Como aponta Genro Filho, certamente:

Um “grão de verdade” na ideia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente. Mas é igualmente pacífico que esse juízo vai inevitavelmente embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem. (GENRO FILHO, 1987. p. 45-46)

Neste sentido, o autor cita o jornalista Clóvis Rossi quando este faz uma comparação com a objetiva de uma máquina fotográfica, que registra o que acontece sem imprimir as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato provocou. Ele concluir que é inviável exigir que os jornalistas deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos. Se compreende que, nesta ótica, devemos criticar o mito da objetividade para além do ângulo puramente psicológico. A subjetividade, por sua vez, não seria apenas uma espécie de resíduo que se interpõe entre o fato tal como aconteceu e o seu relato neutro. Os fatos pertencem à dimensão histórico-social e, portanto, não são puramente objetivos:

Não se trata, então da simples interferência das emoções no relato o que constituiria uma espécie de “desvio” produzido pela subjetividade. Mas da dimensão ontológica dos fatos sociais antes mesmo de serem apresentados sob a forma de notícias ou reportagens (...) há um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja. (GENRO FILHO. *ibid.* pág. 49)

Há interferências inerentes à apuração de uma notícia ou reportagem, que são a pré-condição para a existência desses produtos como fato social. Nesta composição, agrega-se o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião do sujeito produtor de conteúdo jornalístico. Assim, entende-se que, conforme o autor, assuntos dessa natureza

podem ser tratadas de diversas maneiras, ainda jornalística, os dados coletados, o enfoque a ser escolhido até a linguagem e a edição. Essas formas não são inocentes ou neutras em termos político-ideológico. Dentro de um mesmo fenômeno existe uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Ou seja, os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser aprendida no relacionamento com a totalidade.

A partir desta concepção, interessa-nos indicar que o jornalista ocupa uma posição importante no jogo de significação da realidade social. Isentar-se por completo da interferência político-ideológica ao produzir e disseminar conteúdos é uma ambição fadada ao fracasso. O ato de reconhecer esta limitação serve justamente para situar a potência do jornalismo. No postulado papel social que a profissão está incumbida, os impactos de uma prática orientada para o bem-comum podem ser transformadores. Não se trata de fazer militância por meio do jornalismo, mas, sim, de operar na busca pelo que é justo. Por mais que o conceito de justiça possa ser infundavelmente discutido no campo da filosofia ou do direito, sabemos que uma parcela dessa definição está no âmago da nossa própria intuição de cada ser humano. O ponto é que não podemos ficar parados com receio de tocar os fatos com as mãos, ressalta Pontes (ibid), sendo que muitas vezes o jornalista é tomado por certo conformismo e acaba reproduzindo mediações que até mesmo desconhece ou não compartilha, negando, assim, a possibilidade de trabalhar pela mudança social,

Trata-se de uma tendência que nega a história, pois transforma o histórico em perene. Nega o potencial dos sujeitos de mudar a história, de contar de outras formas, de questionar, de mudar o que está errado. Nega a si mesmo na prática profissional. Nega toda a sociedade ao não ver em cada fato um potencial crítico. Ou seja, coisifica. E quando a mudança ocorre, quantifica, sensacionaliza e coisifica novamente. (PONTES, ibid. pág.)

Tavares (2019, s.p) relaciona as ideias de Genro Filho a uma “revolução” na maneira de pensar a construção das notícias. A autora destaca que escrever não é só responder as seis perguntas básicas do lead, além disso, “é pensar o fato desde a sua singularidade, mas sendo capaz de narrar ali, no espaço curto da notícia, a universalidade do acontecimento [...] “isso é uma revolução porque nos tira do espaço da ideologia, da manipulação e nos coloca no caminho do conhecimento. Neste ponto, emerge outra colaboração importante de Genro Filho (ibid), a concepção do jornalismo como produção de conhecimento. Retomando um conceito aqui já explorado, o caminho do conhecimento enquanto práxis opera no sentido de que o jornalista irá compreender o mundo para transformar o mundo.

Se na teoria clássica da pirâmide a notícia deve ser exposta do mais importante para o menos importante, ao pensar a notícia como uma forma de conhecimento cristalizada no singular, Genro Filho propôs a reversão da pirâmide. Assim, a travessia a ser feita é da singularidade à particularidade. Na interpretação de Pontes (2017, p. 174) ‘‘essa mudança ressignifica a prática, pois ao invés de enfatizar o imediato, o único, o fenomênico como o mais importante e a mediação como menos importante, descartável, insere o fenomênico como resultado e como causa de uma série de interferências na dinâmica social, na qual o jornalista realiza uma seleção, coloca o fenomênico em uma relação de sentido’’. Ainda segundo este autor, ao colocar o jornalismo no horizonte do projeto de transformação social, por justiça e igualdade, Genro Filho aponta que a práxis jornalística, na produção de notícias, tem potencial revolucionário, podendo apresentar a realidade que transborda do conceito.

2.3 Jornalismo e alteridade

No primeiro capítulo deste trabalho, realizamos um enquadramento das finalidades do jornalismo, dentre as quais esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade aparece como um dos aspectos inerentes à profissão. Isso consiste em considerar que a sociedade é plural no que diz respeito às formas particulares de viver e existir no mundo. Quando concordarmos, também, que ao jornalismo cabe atuar pela manutenção da democracia, entendemos que a prática da alteridade pode funcionar como a chave para os encontros autênticos com a diversidade. Neste sentido, queremos dizer que o reconhecimento do Outro é a substância catalisadora que estrutura a atuação democrática de um comunicador.

Como reflete Lago (2014) não há democracia efetiva e cidadania plena sem que possamos acolher o Outro em toda sua alteridade. Não se pode imaginar um sistema democrático sem que haja a colaboração de um jornalismo implicado na disseminação plural das vozes.

Antes mesmo de representar a realidade do cotidiano, todo discurso apresenta em si mesmo uma troca entre sujeitos, postulando a existência das identidades ‘‘eu’’ e ‘‘outro’’ como condição primeira do ato comunicacional (...). O princípio do jornalismo está justamente em perceber o ‘‘outro’’, tornando-o visível e compreensível, seja pelo processo de assimilação (tal como um semelhante), seja pelo de diferenciação entre os sujeitos postos em relação (dentro e fora do texto) na narrativa. (BENETTI & FREITAS, 2017, p. 20)

A busca por esta pluralidade vai exigir do repórter uma condição mínima para localizar, aceitar, compreender e se comunicar com o diferente. Benetti & Freitas (ibid)

apontam que a disposição que temos, de compreender formas particulares de existência, reflete diretamente no processo de alteridade – de reconhecimento do Outro. Lago (ibid. p. 177) afirma que “construir um jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação dos próprios jornalistas para se perceberem contaminados por essa necessidade”.

No mesmo sentido, Veiga (2016) esclarece que a formação dos jornalistas, seja na universidade ou nas empresas, não está sendo capaz de promover uma percepção das práticas etnocêntricas. Como resultado disso, surge a dificuldade dos encontros de alteridade entre o nós, jornalistas, e os outros (especialmente aqueles menos valorizados nas hierarquias sociais). O reconhecimento da ação etnocêntrica parece ser tanto um desafio quanto uma potencialidade para a reversão dessas dificuldades, a fim de entender e narrar a diversidade nos discursos noticiosos, ressalta a autora. Ao enquadrarmos a realidade social do Brasil, não devem escapar do olhar jornalístico as questões de gênero, de raça, da desigualdade econômica e suas múltiplas consequências. Antes de mais nada, precisamos compreender como a nossa sociedade se estrutura historicamente nas ideologias vigentes.

Precisamos sobretudo nos compreender como sujeitos e profissionais inseridos nesses valores que são dominantes e que permeiam nossas visões de mundo. Precisamos pensar que, em nossas práticas profissionais, o encontro com o outro será também perpassado por esses valores e, deste modo, ainda que inconscientemente, pode estar tornando diferentes em desiguais. Somente a partir desta tomada de consciência é possível reverter essas lógicas. Ou seja, somente a partir do reconhecimento de nossa condição etnocêntrica podemos começar a exercitar a alteridade no encontro com o outro. (VEIGA, ibid, s.p)

É sabido que a mídia tem o poder de dar voz ou de *silenciar existências* a partir do que é exposto nos principais veículos de comunicação. Ainda que a internet tenha promovido uma certa ruptura nesta lógica, tornando mais democrática a produção de conteúdo, o comunicador social que atua em grandes corporações ocupa uma posição privilegiada. Se estamos tratando de um jornalismo implicado na escuta, torna-se incontornável refletir sobre a alteridade na prática jornalística. O investimento na ampliação das condições de diálogo pode ser um caminho para uma ação mais afeita à alteridade, ressalta Veiga (ibid).

Das elaborações filosóficas de Buber (1977) surge um conceito que consideramos o primeiro passo para que a comunicação dialógica se estabeleça. Segundo este autor, o ser humano pode estabelecer relações a partir de duas palavras princípio: Eu - Tu ou Eu – Isso. A forma de relacionamento fundamenta o modo de ser, no sentido de que o Eu que se abre para

um Tu não é como o Eu que se relaciona com um Isso. Sendo inseparáveis, Eu-Tu e Eu-Isso são parte do movimento humano, entretanto, enquanto a primeira forma aproxima, humaniza, a segunda objetifica o contato.

Na maneira Eu-Tu de operar, a pessoa entra em relação, deixa-se impactar, e tem a sua subjetividade atravessada pela presença viva do Outro. Para Buber (ibid) o mundo do Tu não tem coerência no espaço e tempo: é um campo de forças, de presença, de vitalidade. Não pode ser apreendido ou aprisionado em representações: sempre escapa. Não se reduz à percepção: é intenso, vivo e pulsante. No Eu-Tu, os interlocutores partem do princípio da autenticidade para que o diálogo se estabeleça. Este seria o momento do verdadeiro encontro, em que um se oferece de maneira autêntica para tocar o autêntico do Outro.

A atitude eu-isso, por sua vez, leva a experienciar de maneira objetiva as situações. Seria uma postura anti-dialógica, um modo de estar no mundo que objetifica as relações, e transforma o Outro em coisa ou em algo útil. É uma relação de pouco contato, atravessada pela racionalidade, com uma finalidade utilitária. Relacionar-se assim com o mundo não é propriamente um erro. Aliás, não se consegue manter sempre a atitude eu-tu, pois o homem é incapaz de habitar permanentemente no encontro. A existência é pautada pela alternância entre as atitudes eu-tu/eu-isso e seus desdobramentos. Entretanto, funcionar apenas na forma eu-isso é, bem na verdade, uma maneira de se isolar do contato efetivo (e afetivo) com o Outro.

A partir da visão buberiana, entendemos ter encontrado um norte para que a alteridade se estabeleça no processo relacional intersubjetivo. A compreensão do Outro e de suas diferentes formas de existir, deve partir da abertura proporcionada no encontro eu-tu. É neste caminho que o diálogo se estabelece pelo viés da alteridade e a construção discursiva sobre este Outro a quem se busca ser compreendido, parte de uma base singular efetivada no encontro. Neste caminho, é possível que muitas interferências ainda dificultem o processo de apreensão acerca da outridade do sujeito. Como alerta Benetti & Freitas (2017, p. 16):

Se o entendimento que se tem sobre a identidade do “outro” passa pela percepção e pela interpretação, existe a probabilidade de nossas interpretações criarem representações equivocadas, pois o ato interpretativo é tão subjetivo e ambíguo quanto a relação intersubjetiva que o origina. O encontro entre sujeitos estabelece um movimento de avanço e de recuo em busca do reconhecimento daquele que ali se manifesta.

Conforme as autoras, quando o Outro se manifesta em condições diferentes ou semelhantes àquelas nas quais estamos e as quais conhecemos, em um primeiro momento, alcançamos o entendimento de sua situação pela nossa imaginação, repleta de juízos de valores e de crenças, assim como pela capacidade de identificação e pela tentativa de se colocar no lugar deste Outro. Ao reconstruir a experiência do Outro – projetando-o em nós mesmos e comparando tais experiências com as nossas -, temos a possibilidade de reconhecê-lo a nossa maneira. Reconhecer o Outro em sua situação social, física ou temporal (por exemplo, pobreza, doença e velhice) pode ser uma atitude instigada por emoções e experiências afetivas, derivadas de ações simpáticas, empáticas e compassivas. A simpatia, a empatia e a compaixão mobilizam sentimentos, estão relacionadas ao fenômeno da alteridade e articulam as perspectivas do *para si* e do *para o outro*.

Entre as influências subjetivas que afetam o sujeito entrevistador e os recursos técnicos que ele possui, entendemos que não existe uma fórmula de sucesso a ser aplicada na prática da entrevista. Retomando as elaborações de Buber (ibid), compreendemos que o encontro se dá pela graça, não pode ser procurado, se dá pelo autêntico de cada pessoa, ou as pessoas se encontram ou não se encontram. Entretanto, concluímos que a disposição para um encontro de (e com) alteridade, é o principal ato que levará a descobrir um Outro diante de si ou para além de si mesmo.

O esforço seria no sentido de descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais dentro das redações (salvo raríssimas exceções). Seria incorporar e aceitar o pressuposto antropológico de que jornalistas, fontes e grupos são retratados. (LAGO, ibid, p. 183).

Atualmente, quando os atravessamentos tecnológicos perpassam cada vez mais o contato humano, cair nas armadilhas de uma relação objetificada parece mais fácil. Os frutos de um encontro (ou desencontro) entre comunicador e entrevistado, irão ressoar diretamente no conteúdo jornalístico produzido. No caso de um encontro autêntico, os efeitos irão beneficiar ambos os lados da ação, sendo que o repórter irá qualificar a sua atuação no meio profissional, enquanto o entrevistado poderá *existir* de maneira substancial e singular no texto produzido.

2.4 Comunidade jornalística

A prensa de Gutemberg, criada em 1447, aparece como um marco tecnológico na instituição da imprensa na era moderna. Entretanto, o campo jornalístico tal como hoje o conhecemos nas sociedades ocidentais, teve sua ebulição constitutiva apenas durante o séc. XIX. Traquina (2002) aponta que o desenvolvimento do capitalismo e de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa e o progresso tecnológico, foram determinantes para que as notícias se tornassem um gênero e um serviço. O jornalismo passou a ser um negócio e um elo vital nas sociedades democráticas. Concomitante a isso, os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social.

Tomar o jornalismo uma profissão, certamente ajudou a melhor compreender como funciona essa atividade, separando e organizando o que antes era somente um grupo disperso de escritores. Como resultado desse processo, cria-se em torno do fazer jornalístico um *ethos* profissional, correspondente a diversos fatores que compõe uma ideologia própria. A busca por uma identidade profissional causa um impacto no pensamento e comportamento dos agentes envolvidos. Por ideologia, se entende:

A existência de “sistemas de crença” através dos quais os praticantes dão sentido à sua experiência de trabalho. Situação de trabalho são sistemas de interação; as pessoas interagem em séries de relações que são sociais e também técnicas. Através destas interações há definições de papéis, expectativas recíprocas de desempenho de papel, solidariedade de grupo, e o desenvolvimento e definição de grupos de referência. Como criaturas sociais, as pessoas participam em padrões de ação, falam a linguagem do seu grupo e pensam como pensa o seu grupo. Como indivíduos em grupos, desenvolvem estilos de pensamento a partir de um padrão infinito de reposta a situações comuns. (SHOEMAKER AND REESE apud TRAQUINA, 1991, p. 22)

Tomados pela ideologia profissional, os membros de um determinado grupo tendem a cominar uma língua específica, que se converte em prática e ação. Assim, a constituição de uma categoria socialmente distinta de “profissionais” garante uma certa autoridade, por meio da especialização adquirida. Mas não apenas isso, surgem também alguns imperativos éticos-normativos que subjetivam a prática de maneira grupal e, conseqüentemente, individual.

A partir do conceito de comunidade interpretativa, cunhado por Zelizer (1993), compreendemos que no jornalismo existe um conjunto de valores que *dizem* que tipo de abordagem um jornalista deve assumir na sua prática cotidiana. Trata-se da constatação de uma rede informal estabelecida entre os profissionais do meio, pela qual assimilam e

compartilham regras, demarcando fronteiras que permitem dizer de ações próprias ou impróprias para o exercício jornalístico. Como interpretam Leal & Jácome (2013, p.):

Zelizer sugere que a comunidade interpretativa caracteriza-se menos por regras deontológicas ou processos educacionais protocolares e mais por essa circulação difusa, que engendra parâmetros interpretativos comuns, orientando a leitura da realidade e sua conformação narrativa. O discurso que constituem sobre si estabelece padrões de autoridade e de memória acumulada das ‘boas coberturas’, permitindo a consolidação de uma identidade e a tentativa da cristalização de um entendimento de um modo de ser jornalista.

Nesta concepção, considerar-se profissional permite que o jornalista se reconheça desempenhando uma tarefa comum aos seus colegas de ofício, o que gera um sentimento de partilha, bem como uma aura de autoridade baseada numa atitude específica para efetuar tal tipo de trabalho. Assim, ficam estabelecidas condições para que circule um conjunto de valores que dizem que tipo de abordagem um jornalista deve assumir na composição das matérias, em geral, a de serem cronistas objetivos, neutros e independentes. Para tratar do mesmo conceito, Traquina (2004) usa “tribo”, por entender que o termo carrega um tom metafórico, transmitindo a ideia de que os membros dessa comunidade são homens e mulheres de ação, marcados por uma atitude de anti-intelectualismo.

Na busca por situar uma a definição dos atributos ligados à prática jornalística, encontramos uma vasta bibliografia implicada nesta tarefa. Entretanto, de maneira sucinta, pontuamos alguns aspectos cristalizados e recorrentes nas formulações dos autores, que direcionam os profissionais do jornalismo para um modo único de fazer notícia. Neste sentido, entende-se que a lógica positivista ainda opera com grande força, naquilo que seriam imperativos comportamentais da comunidade jornalística. Objetividade, transparência e imediatismo ainda estão fortemente ligados à prática *ideal*, daquilo que se espera na construção de uma notícia.

A partir do que foi apresentado, não estamos preocupados em definir um novo padrão performativo para o fazer jornalístico. Longe disso, apenas buscamos, prioritariamente, tensionar os padrões vigentes, que estão calcados em uma visão asséptica sobre o modo de confrontar a realidade e fazer notícia. Mais do que isso, sobre o modo que o jornalista se relaciona com o mundo, enquanto um agente da comunicação social. Neste ponto, assumimos que, atualmente, há uma forma hegemônica que determina o modo de *ser* jornalista, que não valoriza o aspecto humano na relação fonte-repórter. Neste momento, o que disso nos interessa, é a investigação da prática de Eliane Brum, que, a priori, parece confrontar os

padrões da comunidade jornalística, por meio de uma atuação conduzida por uma competência e uma disposição que priorizam o diálogo.

3. CAPÍTULO III: A ESCUTA

3.1 A escuta na psicanálise

A decisão de trabalhar com a escuta a partir do olhar estabelecido no campo da psicanálise, ocorre aqui por uma razão justificada, mas vale ressaltar que não consideramos este conceito como sendo de propriedade do campo psicanalítico. A escuta enquanto uma ferramenta que possibilita a comunicação entre pessoas é também utilizada em disciplinas tais como antropologia, pedagogia e terapia ocupacional. Entretanto, o nosso interesse na escuta psicanalítica justifica-se quando entendemos que este conceito faz parte da essência da psicanálise. O que o psicanalista faz é escutar, pois a psicanálise é uma atividade humana essencialmente baseada nisso, situa Dunker (2017).

Diante de casos de histeria, o médico Sigmund Freud entendeu que precisava ir além das técnicas propostas pela medicina, que não considerava a escuta como uma premissa no tratamento psicológico. Em meados de 1900, Freud foi o primeiro a oferecer escuta às pacientes histéricas, então vistas como dissimuladas por outros médicos. Falcão & Macedo (2005) frisam que a psicanálise surge e se desenvolve na escuta e a partir da escuta singular a que se propõe. As autoras consideram “Freud como inaugurava novos tempos, o tempo da palavra como acesso por parte do homem ao desconhecido em si mesmo, e o tempo da escuta que ressalta a singularidade de sentidos da palavra enunciada”. (FALCÃO & MACEDO, *ibid*, p. 65).

Ao se dar conta de que precisava escutar melhor os doentes mentais, Freud propôs uma nova ética na relação com os seus pacientes, atitude que marca a história da psicologia. Nasce, então, um novo método terapêutico a partir de um outro olhar acerca da psique humana. Há muito tempo que o estado patológico da mente humana e suas vicissitudes desafia a ciência. Para Falcão & Macedo (*ibid*) a mente humana contém mensagens cifradas que demandam outra qualidade de escuta para serem compreendidas. As autoras esclarecem que a situação analítica é, por excelência, uma situação de comunicação: nela circulam

demandas nem sempre lógicas ou de fácil decifração, as quais, contudo e em seu cerne, comunicam o desejo e a necessidade de serem escutadas.

É com esta apropriação que a psicanálise faz da escuta, que o conceito ganha um novo tratamento em comparação a outras áreas das ciências humanas e sociais. Nesta simbiose surge o que se chama de escuta psicanalítica. Em termos metafóricos é possível o seguinte exemplo: a faca é um objeto utilizado nos afazeres culinários domésticos, mas para um açougueiro é uma ferramenta essencial de trabalho. Toda pessoa tem uma faca em casa, mas é certo que a faca de um açougueiro é diferente, muito mais afiada, de melhor qualidade. É justamente a escuta afiada da psicanálise que buscamos investigar neste capítulo.

Para estabelecer a conceituação da escuta na psicanálise, primeiro retornamos a Freud. Este movimento nos revelou um desafio inicial a ser superado e que diz respeito a como o pai da psicanálise situou este conceito em sua obra. Que Freud escrevia para ser entendido é verdade, porém, não encontramos texto seu em que a escuta tenha sido tratada de maneira pragmática. Ou seja, é como se o conceito estivesse “espalhado” por toda a obra. Isso nos indica duas questões. A primeira, que a escuta na psicanálise é tratada como uma ética de alteridade, algo que diz mais sobre uma postura ou atitude, do que sobre uma técnica em si. A segunda, que Freud talvez não tenha julgado importante criar um *manual* da escuta. Ainda assim, há em sua obra fragmentos que nos ajudam a compreender a escuta psicanalítica a partir de sua concepção inicial.

Para ampliar o entendimento do conceito de escuta na psicanálise, a seguir contaremos com elaborações de autores contemporâneos.

3.2 O que Freud escuta?

De início, é preciso observar que a escuta como uma ferramenta da psicanálise passou por aprimoramentos, o que ocorreu em consonância a própria evolução dos estudos de Freud. Em seus primeiros experimentos, Freud utilizava o método da hipnose na intenção de acessar os conteúdos inconscientes de seus pacientes. Em um estado de transe, o paciente verbalizava suas angústias ao médico, que ao fim da sessão comunicava o que lhe havia sido dito e descrito. Freud percebeu que esse procedimento trazia claros benefícios aos analisandos. Ao sugerir questões sobre os dramas vivenciados pelo paciente, o analista colaborava de alguma forma para que os sintomas fossem esbatidos. Entretanto, com o tempo este método tornou-se pouco eficiente aos olhos de Freud, que decide abandoná-lo. Assim ele justifica a sua decisão:

Eu desisti tão cedo da técnica sugestiva e, com ela, da hipnose porque eu me desesperava diante do fato de tentar tornar a sugestão tão forte quanto durável quanto seria necessário para a cura definitiva (...) o que critico nessa técnica é que ela encobre a percepção do jogo de forças psíquico, por exemplo, não nos permite reconhecer a *resistência* com que os doentes se agarram à sua doença. (FREUD, 2019, p. 68)

Ao abandonar a hipnose, surge a necessidade de criar outra forma de escutar, é a partir desse momento Freud (ibid) posiciona o conceito de *associação livre*⁵ como a regra psicanalítica fundamental. Um episódio bem conhecido que colaborou para essa mudança foi o caso da paciente Emmy Von N. Ao pedir que Freud não a tocasse (para executar a hipnose), não a olhasse e nada falasse, ela demonstrou que desejava simplesmente ser escutada. Assim, a palavra se impõe, apontando uma mudança no caminho de Freud.

A cura viria por ela, mas não mais a palavra de um sujeito ausente, que delegava ao terapeuta uma função de memória de seus conteúdos traumáticos [...] agora, é por meio das narrativas ativas de um sujeito acordado, de seu discurso cheio de lacunas, da presença e ausência da palavra que o paciente passa a ser escutado. (FALCÃO & MACEDO, 2005, p. 67).

O que buscava Freud com este nova postura era compreender, na contradição do discurso manifesto pelo analisando, onde operavam as manobras do inconsciente. Nesse conceito, o termo *livre* diz sobre a autonomia que o paciente tem para comunicar tudo o que lhe ocorre, sem deixar de revelar algo que lhe pareça insignificante, vergonhoso ou doloso, enquanto que ao analista cabe escutar o paciente sem o privilégio, a *priori*, de qualquer elemento de seu discurso próprio. Enlaçado a este conceito reside a concepção ética da qual falamos anteriormente, que faz da psicanálise uma prática que visa garantir ao indivíduo o direito de contar a sua história, na certeza de que será escutado com alteridade. Esta seria a contrapartida necessária do analista ao paciente, que confessa o seu sofrimento psíquico manifesto em busca de ajuda para desvelar o que está latente em termos de sintoma.

Para situar a postura do analista no *setting* terapêutico, como alguém que escuta de maneira afiada, apresentamos o conceito freudiano de *atenção equiflutuante*⁶. A partir desse conceito Freud discorre sobre pontos por ele considerados determinantes no procedimento da escuta clínica. É importante frisar que, na psicanálise, o estado emocional do analista é

⁵ Grifo meu

considerado como algo que pode influenciar diretamente a sua práxis. Para evitar o que Freud (2014) chama de ponto cego em sua percepção analítica o analista não poderá tolerar quaisquer resistências dentro de si próprio, resistências estas que afastam de seu consciente aquilo que foi reconhecido pelo seu inconsciente, do contrário, ele introduziria um novo tipo de seleção e deformação na análise.

Nesse sentido, estamos compreendendo que a técnica da escuta psicanalítica se estrutura em recomendações numerosas, exigindo uma autorreflexão de quem deseja praticá-la. A atenção equiflutuante consiste em um ponto entre, estar atento ao que se escuta e não buscar por nenhum elemento específico na fala do sujeito. O que se espera nessa atitude é uma abertura por parte do analista, em que ele repousa na tranquilidade de quem nada espera, ao mesmo tempo em que está preparado para escutar tudo que lhe é entregue. Para Freud (2014 p. 94) ao buscarmos suprir as nossas expectativas durante um processo de escuta, “corremos o risco de nunca encontrarmos algo diferente daquilo que já sabemos, se seguirmos as nossas inclinações, certamente falsificaremos a possível percepção”.

3.3 Como a psicanálise escuta?

Para dar sequência às investigações, na busca por compreender o conceito de escuta no campo psicanalítico, julgamos também necessário dialogar com autores contemporâneos. Calligaris (2006) compreende que existem atributos éticos que devem nortear a postura de um psicoterapeuta. Desde uma extrema curiosidade pela variedade da experiência humana, com o mínimo possível de preconceito, a um gosto pronunciado pela palavra e um carinho espontâneo pelas pessoas - por mais diferente que elas sejam. “Você pode ter crenças e convicções. Aliás, é ótimo que as tenha, mas, se essas convicções acarretam aprovação ou desaprovação morais pré-concebidas das condutas humanas, sua chance de ser um bom psicoterapeuta é muito reduzida, para não dizer nula”. (CALLIGARIS, *ibid*, p. 05)

Entendemos que este comportamento refletirá diretamente na preparação necessária para que uma escuta efetiva ocorra. De maneira simples, o autor propõe um teste aos que desejam ocupar um lugar de escuta como psicoterapeutas:

Bata um papo com dois ou três moradores de rua, aproxime-se, deixe-os falar o que, em geral, ninguém escuta (salvo justamente os psicoterapeutas dos Centros de Atenção Psicossocial). Se você conseguir escutar, digamos, uma hora, sem que o discurso (quase sempre desconexo) abale sua atenção, e se não recuou

instintivamente quando eles passaram uma mão encardida na sua camisa ou direto no seu braço, passou no teste. (CALLIGARIS, *ibid*, p. 06)

O psicanalista e professor do departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP) Dunker (2017) assinala que, do ponto de vista da psicanálise, vem de experiências em que a escuta do Outro seja de fato relevante, neste sentido, escutar está ligado à nossa formação política, nossa formação para o debate. O autor alerta para algumas armadilhas que podem limitar a nossa capacidade de escuta, algo que se impõe pelo nosso desejo de surdez. Como exemplo, o autor apresenta uma situação corriqueira, quando escutamos o outro a partir da nossa própria posição, valores e interesses - do nosso próprio lugar de fala. Seria um tipo de escuta colonizadora, ou seja, que colabora para que se estabeleçam relações verticais: de poder, obediência e submissão. Um primeiro movimento contra-narcísico é sair de si, trata-se de renunciar a sua identidade e o ensejo colonizador dessa identidade e abrir-se para o Outro.

Nessa perspectiva, o ouvinte psicanalista deve, também, estar disposto a sustentar uma espécie de não-saber sobre o seu interlocutor. Neste ponto surge uma crítica costumeiramente direcionada aos psicanalistas, estes que se colocam como pessoas que *só escutam* e pouco dizem. Para esquentar o debate, Oliveira (2020) diz que o psicanalista é o único profissional pago para não fazer nada. Evidente que esta afirmação contém um teor metafórico. O *não fazer nada* e o *só escutar*, em realidade, escondem uma atitude muito nobre. Colocar-se no lugar do Outro como alguém que nada faz, que apenas escuta, diz sobre legitimar o discurso do outro, fazendo-o se implicar no saber sobre si mesmo. Não há como verdadeiramente saber algo sobre alguém, se inexistente a capacidade de escutá-lo. Trata-se de uma abertura para aquilo que você ainda não compreende, não sabe – ou seja – para um sentido que não está todo posto, compreende Dunker (*ibid*).

Por tudo o que até aqui se investigou é possível perceber que a atitude de escutar à maneira psicanalítica, não é uma tarefa simples. Dunker & Thebas (2019) alertam que escutar é algo que dá trabalho, envolve riscos e, portanto, leva tempo. Em *O palhaço e o psicanalista*, os autores apresentam uma proposta didática para que melhor se compreenda a arte de escutar. A inclusão desse livro em nossas investigações deu-se por Christian Dunker ser um dos mais respeitados teóricos da psicanálise no Brasil, e o fato de Cláudio Thebas não ser psicanalista, não lhe nega condições para compor um texto sobre a escuta. Para o que aqui nos interessa, isso comprova a transversalidade da escuta psicanalítica. Se um dos objetivos específicos deste trabalho é compreender aspectos da interface entre jornalismo e psicanálise,

por meio do conceito de escuta, há coerência na inclusão de uma obra que valoriza a escuta como uma ferramenta multidisciplinar. Feito esta importante ressalva, nos debruçamos sobre aquilo que os autores chamam de *Os quatro “agás” da escuta*. Se existe um lugar de fala, os autores refletem sobre um lugar de escuta a ser ocupado na prática dos quatro agás, que consiste em uma atitude de: hospitalidade, hospital, hospício e hospedeiro.

A hospitalidade seria o ato de acolher o que o outro diz na sua linguagem e no seu tempo próprio, é sentir satisfação em dar guarida ao viajante exausto ou ao guerreiro ferido. Neste estado, reduzimos a importância e o valor que conferimos à imagem de nós mesmos, estamos na função de hospedagem. O ser hospital diz sobre cuidar do que se disse no diálogo com o outro, como se cuida da relação entre os que se encontram debilitados. É aqui o momento diagnóstico da escuta, que compreende, portanto, certa abertura à generosidade. O ato de ser hospício é permitir ser quem se é, abrindo-se ao estrangeiro, em nós e no outro, com todas as incoerências e contradições. Importante neste aspecto é saber que escutar não é resolver problemas dos outros, oferecendo soluções e caminhos que ele não vê, mas aceitar o que alguém tem de incurável e de louco em sua demanda. Por fim, o hospedeiro é quem irá carregar, compartilhar e transmitir a experiência vivida. Depois de acolhido, tratado e reconhecido, a escuta nos transforma, tal como o mundo introduzindo uma diferença produtiva no encontro ocorrido.

No ponto que aqui chegamos, é possível reafirmar que a potencialidade da escuta psicanalítica reside em uma ética singular. Para além disso, entendemos que a escuta é fundamentalmente um ato comunicacional. Quem escuta (ou não), o faz no processo de interação com um ou mais interlocutores. Assim, consideramos que a relação entre psicanálise e jornalismo, por meio do conceito de escuta, trata-se de uma proposta fecunda em termos de reflexão científica e, principalmente, na possibilidade de ampliar o alcance da prática jornalística. Neste sentido, a escuta psicanalítica é tratada como uma ferramenta polivalente que pode ser utilizada de maneira eficaz para fins comunicacionais, ao que aqui nos interessa, na prática da entrevista jornalística. É preciso olhar para aspectos polivalentes da escuta psicanalítica que possa contribuir, na sua dimensão comunicacional, à prática jornalística.

Desta forma, no capítulo a seguir, buscamos compreender alguns aspectos da entrevista, considerando-a uma função elementar na atuação do repórter. Vale lembrar que a jornalista Eliane Brum, autora das obras neste trabalho analisadas, não abre mão de entrevistar suas fontes *in loco*, nem que para isso precise cruzar de ponta a ponta o país. Esta sua atitude já nos deixa algumas pistas, que podem revelar algo sobre uma maneira peculiar

de entrevistar. No capítulo de análise retomaremos a este ponto, focando, a seguir, na base conceitual da entrevista jornalística e algumas possibilidades de convergência com o conceito de escuta.

3.4 A escuta na entrevista jornalística

A entrevista pode ser considerada a principal intervenção de um jornalista na busca pela matéria prima do seu trabalho. Sendo uma ferramenta primordial na produção de notícias ou reportagens, não é exagero afirmar que a entrevista é a essência do jornalismo. Garret (1981) trata da entrevista como uma arte, identificando no entrevistador aquele que irá comungar a arte de ouvir, perguntar e conversar. Considerando que o processo criativo de Eliane Brum está diretamente relacionado a uma técnica aprimorada da entrevista, compomos este capítulo para uma breve reflexão sobre o tema.

A partir dos apontamentos de Lage⁷ (2000) situamos os principais tipos de entrevista do ponto de vista objetivo, sendo: **a) rituais** – que são aquelas geralmente breves e o ponto de interesse está centrado mais na exposição do entrevistado do que naquilo que ele tem a dizer. Um exemplo clássico são os interrogatórios com jogadores após a partida de futebol, ou de visitantes ilustres, logo após sua chegada. Neste tipo, as declarações são irrelevantes, esperadas, ou ainda mera formalidade a que, por algum motivo, se atribui dimensão simbólica; **b) temáticas** - são entrevistas abordando um determinado tema, sobre o qual se supõe que o entrevistado tem condições e autoridade para discorrer. Geralmente consistem na exposição de versões ou interpretações de acontecimentos e podem servir para ajudar na compreensão de um problema, a partir de uma voz de autoridade sobre alguma temática; **c) testemunhais** – quando trata do relato do entrevistado, sobre algo de que ele participou ou a que assistiu. A reconstituição do evento é feita, aí, do ponto de vista particular do entrevistado, que acrescenta suas próprias interpretações e impressões subjetivas; **d) em profundidade** – neste caso, a figura do entrevistado é o objetivo da entrevista e não um tema particular ou um acontecimento específico. Entra em vigor a representação de mundo que ele constrói uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de *ser*, geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida. Procura-se construir uma novela ou um ensaio sobre o personagem, a partir de seus próprios depoimentos e impressões.

⁷ Todos os destaques em negrito no item 3.4 são meus.

Quanto às circunstâncias de realização de uma entrevista, ainda segundo as classificações de Lage (ibid), apontamos quatro variações: **a) ocasionais** – que são basicamente as entrevistas não programadas - ou, pelo menos, não combinadas previamente – nas quais o entrevistado é questionado sobre algum assunto. **b) confrontos** - em que o repórter assume o papel de inquisidor, despejando sobre o entrevistado, acusações e contra-argumentando, eventualmente com veemência, com base em algum dossiê ou conjunto acusatório e buscando esclarecer o fato exposto; **c) coletivas** – neste tipo o entrevistado é submetido a perguntas de vários repórteres e é comum quando há interesse geral por algum (ou alguns) personagens. São comuns com altas autoridades, situadas em um centro de decisões ou com times esportivos após alguma partida importante. Na preocupação de distribuir por todos a possibilidade de questionamento, a entrevista coletiva tem como principal limitação o bloqueio do diálogo; e **d) dialogais** – que são consideradas entrevistas por excelência, marcadas com antecipação e que reúnem entrevistado e entrevistador em um ambiente *controlado*. Neste tipo, entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões colocadas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos, podendo ocorrer um aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados.

3.5 Entrevista: um ato dialógico possível

A prática da entrevista é um aspecto central da apuração no jornalismo. Embora possa ser encarada como uma simples conversação, uma troca de palavras entre comunicador e fonte, alertamos para a complexidade dessa ferramenta comunicacional. A maneira como a entrevista é conduzida durante uma pauta, certamente irá refletir em como será o próprio conteúdo jornalístico produzido. Neste sentido, situamos alguns elementos que consideramos importantes na atuação do jornalista, para o manejo técnico e ético do *entrevistar*. Na escolha dos autores para a construção deste capítulo, buscamos nos afastar dos paradigmas operacionais e pragmáticos que se aplicam ao fazer jornalístico e são oriundos do acúmulo de gramáticas pouco abertas à dialogia, ao outro, a uma narrativa humanizada. Na contramão dessa atitude, em conformidade a outras referências utilizadas anteriormente que tratam de alteridade, escuta e de uma postura humanista no jornalismo, recorreremos a Medina (1990) para falar do diálogo possível na entrevista.

A compreensão da autora enfatiza o caráter dialógico da abordagem jornalística, alertando que a entrevista não deve ser tratada como uma simples técnica burocrática, para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Se assim ocorrer:

Certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado-entrevistador – não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discute-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo. (MEDINA, *ibid*, p. 5)

Os limites que a autora se refere, assim entendemos, têm a ver com a possibilidade de apreensão do Outro na sua essência, por meio de um diálogo implicado. Para que haja entrevista, deve haver relação e a qualidade da comunicação está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo.

Nesta perspectiva, a comunicação deve ser entendida como um ato que interliga, une, comunga os diferentes sujeitos e pontos de vista existentes na sociedade. A entrevista deve ser percebida como lugar de interação social, de interpenetração informativa, um momento capaz de quebrar isolamentos grupais e individuais, podendo ainda colaborar para a pluralização de vozes e distribuição democrática da informação.

A partir desta visão, o conceito de diálogo aparece como a ponte que irá conectar os dois lados do ato comunicacional. Desenvolver a técnica da entrevista não é uma atitude idealista. Nas suas virtudes dialógicas, diz respeito à possibilidade real do jornalista estabelecer uma relação não objetificada com o seu entrevistado. Para isso, espera-se que o repórter carregue consigo uma sensibilidade diferenciada:

Que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. Um repórter que se debruça sobre o entrevistado para sentir quem é o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito, curiosidade (ainda que a fonte de informação represente uma ideologia totalmente contrária à do repórter), por certo esses fluidos positivos de uma percepção aberta chegarão, por complexos sinais, à percepção do entrevistado. (MEDINA, *ibid*, p. 30)

No que tange a apontamentos mais práticos, existem algumas questões que podem enriquecer o desempenho do repórter na entrevista. Aspectos que vão desde a ideia do tema a ser abordado na pauta à condição de encarar o momento da entrevista como uma situação psicossocial complexa. Tudo isso faz parte do preparo do entrevistador.

Outra questão importante em termos técnicos é o interrogatório que o comunicador utilizará para acessar informações do seu interlocutor. Implicado em verdadeiramente compreender o universo do entrevistado, devem ser evitados questionários estanques, ou seja, fechados em questões preestabelecidas. Lembremos de um conceito trazido por Morin (1973) sobre a entrevista não-diretiva, que trata justamente de uma maneira aberta de se posicionar, trazendo questões que incitem o diálogo, sem a camisa-de-força do questionário fechado.

Agindo de outra forma, o jornalista pode estar utilizando da sua posição para exercer certo poder sob o seu interlocutor. Se fixado em ideias preestabelecidas ou no autoritarismo impositivo, além de não atingir a essência do diálogo, o resultado apresentado pelo repórter certamente irá frustrar o receptor. Medina (ibid) aponta que até um leigo em técnicas da comunicação percebe a ausência do diálogo e que um leitor *sente* quando determinada entrevista passa emoção, autenticidade. Isso pode ser identificado tanto no discurso enunciado pelo entrevistado quanto no encaminhamento das perguntas feitas pelo entrevistado.

Se assim for, os três envolvidos (fonte de informação – repórter – receptor) interligam-se em uma única *vivência*, ocorrendo o fenômeno da identificação. No que tange a difusão do material coletado na entrevista, a autora diz que certa fluência-eficiência deve ser buscada na hora de transcrever um diálogo, e que muitas entrevistas jornalísticas pecam pela falta de formas mais fluentes e eficientes.

Sobre a postura do jornalista no *setting* de entrevista, espera-se que o profissional apareça de maneira coadjuvante na conversa. Antes de tudo, a palavra é dada a pessoa interrogada e em termos mais radicais, o repórter deve abrir mão até mesmo de aparecer. Como aponta Lage (2000, pág. 35) numa entrevista a estrela é o entrevistado e “a atitude de compreensão e respeito deve marcar a atividade do repórter, com a preocupação de não evidenciar reações como impaciência, discordância ou simpatia entusiasmada”. Isso não diz respeito a uma postura asséptica, aquela proposta pela visão positivista do jornalismo. Apenas significa que o repórter deve compreender o seu lugar de escuta, na dinâmica da entrevista.

Retomando as elaborações de Medina (ibid) ela nos alerta que a conexão entre repórter e fonte não é algo que acontece de maneira tão simples, mas que se dá em uma dinâmica de bloqueio e desbloqueio. Falando de outro modo, a tendência é que as pessoas não se coloquem a disposição para o diálogo de maneira imediata, mais ainda quando se trata de expor questões particulares, que serão disseminadas abertamente em algum veículo midiático.

De fato, as pessoas andam armadas umas em relação as outras. Então, em que se refere ao contato com jornalistas, o caso é mais grave. Por princípio, um jornalista

diante de qualquer pessoa é, no mínimo, um invasor, um perturbador da privacidade, aquele tipo que quer tornar público o que o indivíduo nem sempre está disposto a desprivatizar. E, na pior das hipóteses (de desempenho técnico), o jornalista é aquele que deforma tudo o que se diz. De um extremo ao outro, impõem-se uma tarefa extra, a pauta: preparar a atmosfera de trabalho, proporcionar com habilidades que tem muito de psicológicas, ou pedagógicas, uma abertura para o desbloqueio, o desarmamento. Só após desanuviar as desconfianças, é que efetivamente se pode abordar a pauta. (MEDINA, 1990, p. 30)

Para ajudar os repórteres nesta questão, a autora aponta o conceito de repórter criador, que se caracteriza por aquele comunicador que aceita o desafio da interação social e a transforma numa obra de arte social. Para alcançar esta performance criativa - a arte a qual Medina se refere - ela releva alguns traços do que chama de “toque mágico do entrevistador”. Segundo a autora, nunca é demais salientar que o diálogo se dá, sobretudo, no nível da sensibilidade. Sendo assim, tudo parte de uma sensibilidade diferenciada que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. Um repórter deve se debruçar sobre o entrevistado, para sentir quem é o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito, curiosidade (ainda que a fonte de informação represente uma ideologia totalmente contrária a do repórter).

Uma fonte de informação a princípio inexpugnável desafia o criador. Um gesto, uma palavra, uma entrega despojada, confessional, serão sempre configurações das possibilidades criativas numa relação humana difícil de enfrentar. Já um técnico rotinizado tende a desistir ou a fazer a matéria contra a fonte-obstáculo. [...] é preciso aceitar os desafios e praticar a criatividade, experimentar as n saídas para atingir o grande fim – o diálogo. (MEDINA, *ibid.* pág 31)

Mesmo que tudo ocorra como previsto, ou seja, ocorreu a aceitação mútua e há um mínimo de confiança na relação, o repórter deve permanecer atento e com os seus sentidos mobilizados. “Deve-se deixar rolar o resto, relaxadamente”, porque “só um criador limitado, ou um pseudocriador, se contenta com o primeiro verso [...] a luta vai adiante.” (MEDINA, *ibid.* pág 31.)

Até este ponto, concluímos que a profissão de repórter se trata de um *fazer* complexo, que deve incluir saberes multidisciplinares. Na tentativa de estabelecer fronteiras entre a entrevista jornalística e aquela aplicada nas ciências sociais, Medina apontou barreiras enfrentadas pela primeira e que podem exigir uma distinta competência do jornalista. Neste ponto a autora, inclusive, usa como exemplo o processo intensivo de investigação aplicado na psicanálise. Ela explica que o jornalista se orienta numa técnica não-diretiva, num diálogo aberto e fluido, salientando que:

Por mais ambição de historiador que tenha o entrevistador, ele estará implicado em tocar o presente (atualidade), por mais psicólogo que queira ser diante de um interlocutor confessional, ele terá de se ater à traços significativos para muitas pessoas que, na comunicação anônima, se identifiquem com o entrevistado (universalidade); por mais profundo que queira ser no tempo e no espaço, tal qual um artista à pintar seu modelo, não poderá se desvincular do timing “24 horas ou menos” (periodicidade); e por mais vanguardista que seja, seus ímpetos de ruptura artística não poderão colidir com a legibilidade da comunicação coletiva (difusão). No âmbito destas determinações há, no entanto, espaço para a criação artística de um diálogo. (MEDINA, *ibid*, p. 19)

Até certo ponto, concordamos com as condições (barreiras) elencadas por esta autora, como sendo dificuldades inerentes ao fazer jornalístico e que podem, de certa maneira, impedir que o jornalista conduza uma entrevista direta e abrangente. Entretanto, a própria autora nos aponta um caminho de reflexão, no qual conclui que o jornalista pode (e deve) se preparar, com a busca por conhecimentos múltiplos, para conseguir dar conta da complexidade contida no ato de entrevistar.

Diriam os severos críticos do jornalismo: o entrevistador das Ciências Sociais é preparado, aprende técnicas, sistematiza conhecimentos; o jornalista age no improvisado, “aprende” no clima da redação (o tal do faro). A crítica é procedente, mas esta fronteira só se estabelece por deficiências de aprendizado [...] atropelamos, pelo faro, pelo jogo de cintura, pelas agilidades inatas ou pseudo-inatas, a etapa de acúmulo de conhecimentos. Há até um certo preconceito quanto à teorização, como se esse campo específico não estivesse submetido às mesmas características da reflexão sobre o fazer.” (MEDINA, *ibid*, p. 20)

Assim, se o entrevistador das ciências sociais é preparado, o repórter também deveria sê-lo. Embora empreguem ferramentas de trabalho distintas, ambos têm de investir no aprendizado, na atualização dos múltiplos conhecimentos sobre o funcionamento social e, para além disso, se faz necessário lançar mão de uma postura sensível e aberta ao diálogo. Estes atributos, assim consideramos, compõe um apanhado de qualidades que podem qualificar o trabalho do comunicador na direção do diálogo possível.

Na composição deste capítulo, angariamos subsídio teórico que pode colaborar na construção de uma escuta própria do jornalismo. Para isso, a entrevista deve ser tratada como um ato dialógico, podendo assim verdadeiramente ser uma potente ferramenta da comunicação humana. Lembremos que, segundo Morin (1973, p. 129) quando a entrevista atinge a condição de diálogo, ela vai além de uma conversa e corre uma busca compartilhada,

as partes envolvidas atuam colaborativamente para “trazer à tona uma verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema”.

Neste caso, tanto entrevistado como entrevistador são duas pessoas, simplesmente duas pessoas, que se auto-elucidam a respeito de coisas da vida e conceitos específicos, juízos de valor, ao mesmo tempo que se modificam entre si. Realmente, a força de tal encontro dialógico (que não é misticismo, é realidade possível) ilumina o instante concreto, sacode a emoção e a razão: ambos saem perturbados e sem definir muito bem o que aconteceu.” (MEDINA, ANO p.)

A seguir, no capítulo de análise, avançamos na proposta relacionar jornalismo e psicanálise, tendo o conceito de escuta como possível elo entre as duas disciplinas.

4. CAPÍTULO IV: PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, que se inicia com uma breve contextualização biográfica sobre a jornalista Eliane Brum, se concentra o processo analítico do nosso trabalho. Para nos aproximarmos do nosso objeto de pesquisa, situando a relação de Brum com o conceito de escuta. Neste ponto, trazemos um breve relato sobre as inferências iniciais que nos levaram a fomentar esta pesquisa, mostrando, também, que este caminho foi sendo nutrido e se fortalecendo por indícios que falam sobre a “escutadeira”⁸ Eliane Brum. Por fim, adentramos no conteúdo de análise propriamente dito, focando nas duas obras selecionadas para base de investigação dos objetivos propostos. Quando analisados à luz das referências que sustentam o nosso escopo bibliográfico, os fragmentos textuais das obras se misturam. Neste caso, a decisão ocorreu pelo mesmo critério que nos fez trabalhar com as duas obras, ou seja, entendemos que ambas nos dizem sobre o *fazer* de Eliane Brum, ou melhor, sobre a sua maneira peculiar de escutar. O que nos interessa é justamente dispensar energia naquilo que de incomum este material possui. Assim, partimos em busca do nosso objetivo geral, que consiste em refletir acerca da prática jornalística, com base no conceito de escuta utilizado no campo da psicanálise. No que tange aos objetivos específicos, buscamos situar a escuta como uma ferramenta diferenciada, que pode potencializar a prática jornalística. Além disso, queremos refletir sobre o papel social do jornalismo e compreender, como a escuta operada por Eliane Brum pode humanizar a atuação do repórter no processo da entrevista.

⁸ Grifo meu.

4.1 Eliane Brum

No interior do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1966, nascia Eliane Brum. Desde cedo, segundo ela mesma conta, surgiu o encantamento pelas palavras, algo incentivado inicialmente pelo seu próprio pai. Da leitura à paixão pela escrita, Eliane se tornaria anos depois a jornalista mais premiada do Brasil. Suas conquistas ultrapassam a marca de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem, como os eminentes Esso, Vladimir Herzog, Ayrton Senna, Líbero Badaró, Sociedade Interamericana de Imprensa e Rei de Espanha. Em 2008, recebeu o Troféu Especial de Imprensa ONU, por tudo o que já fez e vem realizando em defesa da Justiça e da Democracia. O início de sua carreira foi marcado por uma longa passagem no jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS), que durou ao todo 11 anos. Atuou, ainda, como repórter especial da Revista Época, em São Paulo, e desde 2010 atua como *freelancer* e faz projetos de longo prazo com populações tradicionais da Amazônia e das periferias da Grande São Paulo. Foi colunista do site da revista Época, de 2010 a 2013, ano que iniciou uma coluna quinzenal, em português e espanhol, no jornal El País, formato digital e impresso de Madri. Brum é também colaboradora do jornal britânico The Guardian e de outros jornais e revistas europeias. O seu modo peculiar de fazer reportagens, já muito apontado como jornalismo do tipo literário – embora ela negue essa classificação - certamente teve peso para que Eliane publicasse oito livros – sete de não ficção e um romance -, além de participar de coletâneas de crônicas, contos e ensaios. Ainda sobre a maneira como Eliane opera em sua práxis de repórter, ressaltasse uma sensibilidade única e destacada para enxergar além do que está posto diante de seus olhos. Rech (2006, p. 14) refere-se à Brum como um fenômeno de percepção jornalística, alguém que “iluminou um mundo recluso, obscurecido pela emergência da notícia ou pela máxima de que, em jornalismo, a história só existe quando o homem é quem morde o cachorro”. De olhos afiados, mas não somente isso, outra característica marcante em Eliane é o seu apreço por escutar. A reportagem é a arte da escuta e, para Eliane Brum, é muito mais do que ouvir.

“Por autodefinição mulher esfinge, ela exercita com esmero o seu dom de ouvinte, que abrange por ofício a captação do tom de do ritmo das palavras e do silêncio. É o seu jeito de aproveitar ao máximo o privilégio dos repórteres: o de ver primeiro, o de entrar nas casas, o de ouvir narrativas de vidas, do parto à vivência da morte, para depois transmitir aos outros.” (BARCELLOS, 2008, p. 10-11)

O certo é que, para produzir o seu jornalismo, Eliane atravessa a rua de si mesmo para olhar a realidade do outro lado de sua visão de mundo, se negando a ser dona da verdade, buscando a cada encontro com um entrevistado, escutar a verdade que constrói na subjetividade de cada sujeito.

A ideia de relacionar a prática jornalística de Eliane Brum com o conceito de escuta partiu inicialmente de dois pontos. O primeiro, que acabou se tornando a espinha dorsal do nosso trabalho, ocorreu na leitura do livro *A vida que ninguém vê*, que carrega um compilado de reportagens produzidas pela jornalista para o Jornal Zero Hora, de Porto Alegre (RS). Nessa experiência, prevaleceu a intuição de que Eliane se coloca de maneira diferenciada diante de seus entrevistados, e que isso tem relação direta com a maneira como ela escuta as pessoas. O segundo ponto surgiu de uma pista clara, deixada por Eliane no canto superior direito da página inicial do seu site⁹, em que uma foto sua é acompanhada da seguinte legenda: “**sou uma escutadeira que escreve**”. A partir desta afirmativa tão simples, ancoramos a primeira de nossas certezas, a de que a escuta tem um papel importante na prática jornalística de Eliane. Seguindo essa pista, encontramos uma entrevista dela, concedida à Agnes Francine, em que Eliane diz se considerar muito mais *olhadeira* e *escutadeira*, do que *faladeira*. ‘Eu sempre olho muito e fico escutando, tentando ver o que está acontecendo, ela afirma. (MARIANO, 2011. pág. 309)

A partir desta autodenominação é fácil afirmar, que a jornalista mais premiada do nosso país mantém uma relação íntima com a escuta. Assim, antes de realizar a análise proposta, nos importa situar a escuta *por* e *para* Eliane, em uma manobra feita a partir de alguns relatos retirados de entrevistas e palestras suas.

Sobre a escuta para o jornalismo poderíamos pensar, de antemão, que escutar é uma premissa básica para qualquer repórter que pretende reunir informações em uma pauta. Mas será que os jornalistas estão escutando ou apenas ouvindo? Vale pensar que o ouvir não está necessariamente relacionado a escutar. É possível que o repórter não esteja realmente aberto a escutar, conduzindo a entrevista por um caminho que o faça apenas confirmar suas certezas pré-estabelecidas.

Escutar é muito mais do que tu ouvir. Escutar é tu não interromper quando a pessoa está falando. É tu não esperar que ela fale uma coisa quando ela não fala o que tu quer e então tu acha que não está bom. Escutar é estar aberto para o espanto, é estar

⁹BRUM, Eliane. Desacontecimentos, 2020. Disponível em: <http://desacontecimentos.com/>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

aberto para se surpreender. É tu te despir. Eu acho que cada reportagem, cada entrevista te exige isso: é tu te despir daquilo que tu és, dos teus preconceitos, da tua visão de mundo e chegar o mais vazia possível para aquele momento e conseguir realmente escuta com todos os sentidos o que aquela pessoa está dizendo. (BRUM, 2011, p. 310)

Neste sentido, o psicanalista Alves (2006) observa que não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito, porque pra ele, é preciso ter silêncio dentro da alma.

Na sua relação com a escuta, Eliane situa este conceito como uma qualidade indissociável do trabalho do bom jornalista. Em palestra ministrada na cidade de Manaus, relatada em matéria¹⁰ de Fabio Pontes, Eliane diz que “sem essa escuta feita com todos os sentidos o jornalista não terá a capacidade de produzir uma boa reportagem”. Segundo relatou Pontes, na mesma ocasião Eliane falou sobre a tendência de parte da imprensa, no sensacionalismo policial, de buscar fortalecer a “desumanização” tanto das vítimas quanto dos criminosos. Na sua análise, desfazer essas formas de jornalismo só será possível com o aperfeiçoamento da capacidade de se escutar as fontes – e o escutar no sentido mais amplo da palavra. Em outra matéria, publicada no site Sul 21¹¹, quando questionada pelo repórter Samir Oliveira sobre o que diria para quem está começando no jornalismo, Eliane é enfática na resposta: “que escutem”. Ela vai além, diz que “o grande desafio é aprender a escutar [...] saber escutar as respostas é tão ou mais importante do que saber perguntar. Ser repórter é aprender a olhar e escutar”.

4.2 Obras analisadas

O percurso de análise deste trabalho segue o viés interpretativo, com base nos livros de Eliane Brum citados anteriormente, correlacionados ao quadro de referências já exposto. O recorte escolhido não busca analisar as reportagens de Eliane, sendo o nosso interesse principal compreender o processo criativo da jornalista, colocando luz àquilo que ela diz sobre o seu trabalho e sobre a maneira como atua na prática da entrevista. Cabe dizer, ainda,

¹⁰ PONTES, Fabio. Amazônia Real, 2017. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-desafio-da-reportagem-e-recuperar-o-olhar-do-espanto-diz-eliane-brum/>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

¹¹ OLIVEIRA, Samir. Sul 21, 2012. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/04/eliane-brum-e-2%80%9cser-reporter-e-aprender-a-olhar-e-escutar-e-2%80%9d/>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

que coletamos trechos do prefácio de cada livro, onde Marcelo Rech e Caco Barcellos discorrem sobre pontos que são de interesse em nossas investigações.

No último capítulo de *A vida que ninguém vê*, que leva o título de **O olhar insubordinado**, Eliane tece comentários acerca da “melhor profissão do mundo” e nos presenteia com relatos preciosos de suas vivências no jornalismo. O livro foi publicado em 2006, sendo o resultado de uma compilação de reportagens produzidas por Eliane Brum em 1999, para o jornal Zero Hora (ZH), de Porto Alegre. Nesta obra, a jornalista se propôs a contar histórias de pessoas que jamais virariam notícia na pauta convencional do jornalismo, ou seja, o que pautava Eliane não eram os fatos que costumeiramente ganham as páginas dos jornais. Sua proposta foi incentivada por Marcelo Rech, à época, um dos editores do ZH.

No prefácio do livro, ele próprio conta que ideia inicial, que deu luz às reportagens da coluna, “estava ancorada na convicção de que tudo – até uma gota de água – pode virar uma grande reportagem na mão de um grande repórter” (RECH, 2006, p. 13). A grande questão era achar alguém com os sentidos à flor da pele para dar forma a um misto de crônica, reportagem e coluna, relata o jornalista. Foi assim que teve início a grande jornada de Eliane, que renderia uma obra vencedora do eminente Prêmio Jabuti, na categoria livro reportagem. Parafrazeando Eliane, a *vida que ninguém vê* é recheado com histórias tão reais que até parece ficção.

Já em **O olho da rua** temos um material mais amplo, sendo que a proposta dessa obra se constitui em justamente trazer os bastidores de cada reportagem contida nela. Eliane mostra um lado pouco explorado pelos jornalistas no Brasil, escrevendo em primeira pessoa sobre as nuances da profissão – desafios, indagações, erros e acertos seus. Ao todo são dez reportagens acompanhadas de comentários e confissões de Eliane, em que retiramos fragmentos para sustentar as nossas análises. O livro foi publicado no ano de 2008 e teve uma segunda edição impressa em 2017. É com esta última que trabalhamos, se diferenciando da primeira, basicamente, pela inclusão do texto “Os limites da palavra” no qual Eliane fala de dois *desacontecimentos* recentes, que a levaram a uma profunda investigação sobre o ofício de repórter. Neste livro Eliane faz uma travessia pelo país e nos carrega por vários Brasis em dez grandes reportagens feitas na primeira década do século 21. Em cada uma, Eliane revela a história dentro da história, ao narrar os bastidores a partir dos dilemas, das descobertas e, também, das dores a que se lança um repórter disposto a se interrogar sobre sua própria jornada. Por meio dos relatos e vivências que Eliane imprime em seus textos, ela fala da vida

e da morte de seus entrevistados, sem temer um mergulho profundo na existência humana, sua beleza, limites e contradições.

4.3 Análise

O principal desafio que aqui se impõe está relacionado justamente com a proposta cerne de nossas investigações, ou seja, a ideia de aproximar dois campos aparentemente distantes, tendo como elo o conceito de escuta. No campo da psicanálise, embora enfrentemos dificuldade para encontrar um material que trate da escuta de maneira concisa e direta, sabemos que ela *está lá*, nos escritos de Freud inicialmente, como uma ética estruturante do saber psicanalítico. No jornalismo, nos vimos diante de um obstáculo maior, no sentido de que a escuta não ocupa um lugar de relevância nas teorizações do campo, segundo pesquisas bibliográficas que realizamos. À frente deste desafio, nos ocupamos de reunir autores que pudessem colaborar para a construção do que aqui chamaremos de *escuta jornalística*. Tendo consciência dos limites de tempo e energia para a elaboração deste trabalho, sabemos que muito ainda pode ser investigado, a fim de edificar uma base conceitual que dê corpo a uma escuta caracterizada como própria do jornalismo. Mesmo assim, ao apresentamos uma investigação inicial sobre este tema, requeremos ao menos os méritos da autenticidade dessa proposta.

Assim, com base nos autores que compõe o nosso referencial teórico, neste ponto constitutivo de análise, operaremos a partir de dois movimentos simultâneos. A partir dos fragmentos textuais retirados das obras de Eliane Brum, que consistem em relatos seus acerca da maneira como opera na prática da entrevista, buscamos compreender aspectos de uma escuta possível para o jornalismo. Paralelo a isso, relacionamos o material coletado ao conceito de escuta na psicanálise, criando, assim, condições para situar a interface entre jornalismo e psicanálise, meta que será cumprida no último capítulo deste trabalho.

Ao que iniciamos a nossa análise, rememoramos uma pergunta que fez parte de nossas inquietações preliminares, relacionadas ao estudo aqui apresentado. Afinal, **existe uma maneira de escutar que seja característica do jornalismo?** Como já explicado anteriormente, não encontramos material teórico que sustente a existência do conceito *escuta jornalística* assim denominado. Enquanto essa questão seguia em aberto, aprofundando os

nossos estudos acerca da escuta na psicanálise, concluímos que este conceito se estrutura enquanto uma ética particular de alteridade, diante do sofrimento psíquico humano.

Seguindo esta pista, nos aventuramos na proposta de reunir elementos supostamente constituintes da escuta jornalística. Partimos, então, na busca do *ethos* que sustenta o fazer jornalístico na sua base ideológica. Assim, no estudo de Reginato (2019) chegamos àquilo que ela classificou como *as finalidades do jornalismo*. Em sua tese de doutorado, a autora elencou doze categorias, das quais tomamos seis como de importância inquestionável no que acreditamos ser a *razão de existir* do jornalismo: informar de modo qualificado, investigar, interpretar e analisar a realidade, defender e esclarecer o cidadão, apresentar a pluralidade da sociedade e, por fim, fiscalizar o poder e fortalecer a democracia.

Embora todas estas (assim como as demais apresentadas por Reginato) tenham justificada importância, concluímos que as categorias “apresentar a pluralidade da sociedade” e “fortalecer a democracia” podem ser associadas (ou até mesmo constituintes) de uma ética da escuta jornalística. Lembremos que a psicanálise introduziu uma forma de escuta que possibilita espaço para a diversidade subjetiva, uma atitude de tolerância com o que nos é diferente. Neste ponto, se alinha a um posicionamento democrático. Como sabemos, regimes e ideias totalitárias são pouco afeitos a dar lugar ao diferente e a diversidade de opiniões, gênero ou raça. Partindo dessa reflexão, é possível concluir que a democracia é o oxigênio do jornalismo, sendo este uma espécie de purificador de ar da própria democracia. A existência de uma mídia livre e implicada no seu papel social vem a fortalecer o regime democrático, ao mesmo tempo em que a liberdade de imprensa depende de um sistema de governo que garanta condições legais para tal. Algo similar concluímos da relação entre psicanálise e democracia, uma vertente da psicologia que enxerga o reconhecimento do Outro com parte essencial de sua ética.

O que disso podemos relacionar com a prática de Eliane Brum é a parte mais fácil. Seus fundamentos sobre o jornalismo são práticas de conduta simples, mas simbolicamente corajosas por se oporem à corrente dominante nas redações brasileiras, reféns da arrogância e de maniqueísmos, como pontua Barcellos (2011). Tanto *A vida que ninguém vê*, quanto *O olho da rua*, são obras compostas por reportagens que evidenciam a luta de Eliane pela democratização de vozes. Como ela explica, aproximar-se do Outro se trata de uma atitude antropológica, em que barreiras internas devem ser quebradas para que a abertura ao diferente ocorra de maneira verdadeira. Para realizar este movimento é preciso sair do lugar comum, é preciso empenhar-se, ir até o mundo do outro para, minimamente, compreendê-lo.

Em 1999, ao trilhar as ruas de Porto Alegre, pelas quais tantas vezes eu tinha andado, o desafio era pisar sobre as mesmas pedras, mas olhar de outro lugar. Não é um truque banal, é uma alteração de foco que se faz em apenas um segundo e uma inclinação de alguns centímetros do pescoço, mas que resulta avassaladora. Um exemplo. O mendigo da Rua da Praia, estateado no chão, barriga sobre a laje, havia 30 anos. Não sei quantas vezes passei por ele com pena e culpa. A vida que ninguém vê me impôs – não foi fácil – curvar o pescoço, me agachar e colocar meus olhos no mesmo plano dos olhos dele. Dessa posição de igualdade, pude enxergá-lo. Bastou olhar para baixo para que Sapo pudesse me contar como era olhar para cima.” (BRUM, 2011. pág. 189)

Com Benetti & Freitas (2017) retomamos que reconhecimento do Outro é a substância catalisadora que estrutura a atuação democrática de um comunicador. Não se pode imaginar um sistema democrático sem que haja a colaboração de um jornalismo implicado na disseminação plural das vozes.

Antes mesmo de representar a realidade do cotidiano, todo discurso apresenta em si mesmo uma troca entre sujeitos, postulando a existência das identidades “eu” e “outro” como condição primeira do ato comunicacional (...). O princípio do jornalismo está justamente em perceber o “outro”, tornando-o visível e compreensível, seja pelo processo de assimilação (tal como um semelhante), seja pelo de diferenciação entre os sujeitos postos em relação (dentro e fora do texto) na narrativa. (BENETTI & FREITAS, *ibid.* p. 20)

Para Lago (2014) não há democracia efetiva, nem cidadania plena, sem que possamos acolher o Outro em toda sua alteridade. Brum (*ibid*) reflete que somos todos mais iguais do que gostaríamos e, ao mesmo tempo, cada um é único, sendo este um padrão especialíssimo no universo, pois não se repete. Em um sentido mais crítico, Veiga (2016) esclarece que a formação dos jornalistas, seja na universidade ou nas empresas, não está sendo capaz de promover uma percepção das práticas etnocêntricas. Como resultado disso, surge a dificuldade dos encontros de alteridade entre o nós, jornalistas, e os outros (especialmente aqueles menos valorizados nas hierarquias sociais). O reconhecimento da ação etnocêntrica parece ser tanto um desafio quanto uma potencialidade para a reversão dessas dificuldades, a fim de entender e narrar à diversidade nos discursos noticiosos. Ao enquadrarmos a realidade social do Brasil, não devem escapar do olhar jornalístico as questões de gênero, de raça, da desigualdade econômica e suas múltiplas consequências. Para isso, Eliane nos dá uma aula sobre a postura etnocêntrica balizadas pelas suas experiências na remota Amazônia brasileira.

Esse povo indígena está apresentado no texto de forma superficial, porque superficial era meu conhecimento dessa realidade que, ela mesma, necessitaria de

uma biblioteca inteira e de uma coleção de vivências apenas para começar a ser desvendada. Ainda assim, com todos os limites, acho que poderia ter feito um trabalho melhor se, naquele momento, tivesse compreendido a extensão da minha ignorância. Ainda que tenha consultado antropólogos, ficou mal dito. E a reportagem é minha. É preciso assumi-la aqui. (BRUM, *ibid.* p. 71)

É sabido que a mídia tem o poder de “dar voz” ou de silenciar existências a partir do que é exposto nos principais veículos de comunicação, e que o comunicador social ocupa uma posição privilegiada. Em outro exemplo, Eliane conta como encarou dura realidade vivida por mulheres que perderam os seus filhos para o tráfico de drogas.

No caso das mães dos meninos do tráfico, há pelo menos duas maneiras de não vê-las. O primeiro engano é acreditar que não as conhecemos, embora cruzemos com elas todos os dias. São elas que fazem os serviços que homens e mulheres de classe média não querem fazer (...) A outra maneira de não vê-las é o que vemos delas: “mães de bandido”. Como se defini-las como “mães de bandido” fosse capaz de dar conta do todo que elas são. Ao lançar esse não olhar sobre elas, as colocamos bem longe de nós. Elas se transformam em um outro quase de uma espécie diferente. E por isso um outro que pode ser ignorado. (BRUM, *ibid.* p. 208)

Em um país tão desigual como o Brasil, a imprensa carrega uma função social importante, que é de aproximar mundos, ou como diz Eliane: se tornar “ponte entre Brasis”.

Esta atitude de Eliane pode ser vinculada a tipificação de Lage (2000) chamada de entrevista em profundidade. São casos em que a figura do entrevistado é o objetivo da entrevista e não um tema particular ou um acontecimento específico. Entra em vigor a representação de mundo que ele constrói uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida. Procura-se construir uma novela ou um ensaio sobre o personagem, a partir de seus próprios depoimentos e impressões. Quanto às circunstâncias de realização de uma entrevista, seguindo as colaborações do autor, compreendemos que a prática de Eliane opera pelo viés das entrevistas dialogais. Neste tipo, entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões colocadas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos, podendo ocorrer um aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados. Lage (*ibid.*) vai ainda mais longe, afirmando que estas são entrevistas por excelência. Ao unirmos tipo e circunstância, temos a entrevista dialogal em profundidade, concluindo que a escuta jornalística encontrará, nesta fusão, outro pilar do seu desenvolvimento.

A partir dessa classificação conseguimos enquadrar a atitude de Eliane na construção de suas reportagens. Sua preocupação em abarcar o máximo de informações de seus

entrevistados é algo que evidencia a intenção que ela tem em compreender profundamente cada personagem. Na sua visão, “sempre que aumentamos a complexidade de um personagem, todo mundo ganha, especialmente o leitor” (BRUM, *ibid.* pág. 236). A crítica que Eliane faz à mecanização do processo de entrevista é outro ponto que mostra a sua preocupação em criar condições de diálogo, para melhor compreender o mundo do outro. Nem que para isso ela tenha que ir até a aldeia mais isolada da Amazônia, ou sentar-se no chão para enxergar o mundo como o Sapo vê, nas calçadas de Porto Alegre. Para Eliane, é impossível compreender as Amazônias por telefone ou pela internet, ter o cuidado de não achar que entendeu rápido demais é importante e, pra isso, necessita-se olhar bem de perto.

Se o telefone e a internet são invenções geniais, não há tecnologia capaz de tornar obsoleto o encontro entre um repórter e seu personagem [...] ficar escondido atrás de um computador, achando que o fato de escolher em que mundo virtual entrar, quando sair, quais e-mails responder e quais deletar é ter a vida sob controle configura, talvez, a grande ilusão contemporânea. (BRUM, *ibid.*, p. 190-194)

Da mesma forma, no lado da psicanálise, encontramos o *setting* terapêutico como um lugar no qual a relação entre paciente e terapeuta acontece. Embora ainda muito ligado a um espaço físico como o consultório do psicoterapeuta, o *setting* não se constitui apenas neste lugar concreto. Além disso, trata-se de condições e regras que se instituem entre o par analítico para que o processo de análise ocorra, garantindo, de maneira saudável e profissional, a posição de cada *ator* do *setting*.

Até este ponto, discorremos sobre aquilo que consideramos os imperativos éticos e as condições ambientais que podem colaborar à operacionalização da escuta jornalística. Já situamos que a atitude de Eliane visa o encontro, busca o diálogo e se coloca aberta à pluralidade constituinte do universo social. Mas para escutar, de fato, o que deve fazer um jornalista diante do seu entrevistado?

Nos permitimos um breve desvio de rota para adentrarmos no campo da filosofia, retomando as teorizações de Buber (1977). Na vasta obra do filósofo acerca das relações humanas, a maneira Eu-Tu e Eu-Iso de se relacionar surge como um conceito elementar. A começar pela última, a atitude Eu-Iso, leva a experienciar de maneira objetiva as situações. Seria uma postura anti-dialógica, um modo de estar no mundo que objetifica as relações, e transforma o Outro em coisa ou em algo útil. É uma relação de pouco contato, atravessada pela racionalidade, com uma finalidade utilitária. Na contramão dessa postura, temos as relações pautadas pelo encontro eu-tu, que é quando a pessoa entra em relação, deixa-se

impactar, e tem a sua subjetividade atravessada pela presença viva do Outro. Este seria o momento do verdadeiro encontro, em que um se oferece de maneira autêntica para tocar o autêntico do Outro. Eis aqui outro pilar para a escuta no jornalismo, talvez o mais importante, porque situa na atitude eu-tu a abertura para o encontro, para a escuta. O contrário disso, na posição eu-isso, não há escuta, simplesmente porque quem ocupa esse lugar não está interessado em escutar.

Buber (ibid) nos ensina que o encontro se dá pela graça, se dá pelo autêntico de cada pessoa, ou seja, não pode ser procurado – ou as pessoas se encontram ou não se encontram. Desta mesma forma parece que Eliane encara o encontro, aliás, para ela “toda reportagem é um encontro”. Inferimos que, isso que o filósofo chama de graça, Eliane (ibid. pág. 130) classifica como confiança, buscando a autenticidade do encontro, sem que para isso precise exercer algum tipo de poder: “Eu não arranco nada de ninguém, só me comprometo a ouvir, a escutar de verdade, sem preconceitos [...] se as pessoas me contam suas histórias é porque quiseram contar, porque me deram algo precioso: sua confiança”.

Para ampliar o nosso entendimento sobre a prática dialógica, na operacionalização do encontro eu-tu, evocamos as elaborações de Medida (1990), na sua proposta de que a entrevista deve ocorrer por meio do diálogo. Para autora, desenvolver a técnica da entrevista nas suas virtudes dialógicas, diz respeito à possibilidade real do jornalista estabelecer uma relação não *objetificada* com o seu entrevistado. Para isso, espera-se que o repórter carregue consigo uma sensibilidade diferenciada, que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. A autora aponta que um repórter deve se debruçar sobre o seu entrevistado, para sentir quem é este outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito e curiosidade (ainda que a fonte de informação represente uma ideologia totalmente contrária à do repórter). Para que o repórter atinja o nível dialógico na entrevista, propõe-se algumas medidas a serem tomadas. Implicado em verdadeiramente compreender o universo do entrevistado, Medina (ibid) ressalta que os questionários estanques devem ser evitados. Isso é o que Morin (1973) situa como a entrevista não-diretiva, que trata justamente de uma maneira aberta de se posicionar, trazendo questões que incitem o diálogo, sem a camisa-de-força do questionário fechado. Alinhada com essa perspectiva, Eliane tem uma posição muito clara sobre como obter as informações em uma pauta:

Eu não arranco nada. Só me comprometo a ouvir, a escutar de verdade, sem preconceitos. Esse as pessoas me contam suas histórias é porque quiseram contar, porque me deram algo precioso: sua confiança [...] tenho pena dos repórteres das

teses prontas, que saem não com blocos, mas com planilhas para preencher aspas predeterminadas. Donos apenas da ilusão de que a vida pode ser domesticada, classificada e encaixotada em parágrafos seguros. (BRUM, 2011, p. 130 e 192)

No exercício de enxergar a realidade que está posta, Eliane aponta que o seu desafio é continuar estrangeira, cultivando um olhar de espanto que, segundo ela, é necessário para ver uma camada além do óbvio. Aquele olhar que enxerga a realidade filtrada pelos seus preconceitos ou pelas suas fantasias, deve se proteger daquilo que Brum (ibid, pág. 259) chama de “olhar de turista”, que só enxerga aquilo que espera ver, “aquilo que acredita ser a verdade daquela realidade - e para isso não é necessário sair de casa”. A possibilidade de unir este olhar a uma certa sensibilidade criativa, diz respeito ao que Medina (ibid) classifica como “toque mágico do entrevistador”, sendo que o diálogo se dá, sobretudo, no nível da sensibilidade. Assim, tudo parte de uma sensibilidade diferenciada que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. O que Eliane reflete nesta mesma direção é:

Que esse olhar desvela é que o ordinário da vida é o extraordinário. E o que a rotina faz com a gente é encobrir essa verdade, fazendo com que o milagre do que cada vida é se torne banal. Esse é o encanto de A vida que ninguém vê: contar os dramas anônimos como os épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não por favor ou exercício de escrita, mas porque cada Zé é um Ulisses. E cada vida uma Odisseia. (BRUM, ibid, p. 187)

Em termos do resultado desta conexão entre repórter e fonte, até um leigo em técnicas da comunicação percebe a ausência do diálogo e que um leitor, ouvinte ou telespectador *sente* quando determinada entrevista passa emoção, autenticidade, no discurso enunciado, sinaliza Medina (ibid). Ao viver uma experiência ao lado de mães que perderam seus filhos para o tráfico, Eliane metaforiza a questão, dizendo que estava empenhada em emprestar os seus olhos aos leitores, “para que pudessem ver os detalhes, as texturas, as ausências e os excessos do inferno pessoa e também todas as nuances do que as fazia sobreviver aquelas mulheres sobreviverem”. (BRUM, ibid, p. 208)

Para o leitor, Eliane empresta os seus olhos, aos personagens de suas entrevistas ela parece estar por inteira disponível, em uma dinâmica comunicacional que busca o diálogo, por meio de uma escuta implicada. O que ocorre, neste caso, é que tanto entrevistado quanto entrevistador são duas pessoas, simplesmente duas pessoas, que se auto-elucidam a respeito de coisas da vida e conceitos específicos, juízos de valor, ao mesmo tempo que se modificam entre si, esclarece Medina. Essa força de tal encontro dialógico não é misticismo, ela afirma, é

realidade possível, que ilumina o instante concreto, sacudindo a razão e a emoção e que os envolvidos saem perturbados, sem clareza do que aconteceu. Este envolvimento com a fonte é algo inevitável para Eliane, e neste sentido ela ressalta que não há como entrar na vida de alguém sem sair impunemente.

Ao que tudo indica, Eliane não está muito preocupada com as regras positivistas, que direcionam o repórter para certo distanciamento do entrevistado, justificando, assim, garantir a isenção acerca do conteúdo produzido. Com esta atitude, identificamos um *modus operandi* ligeiramente distinto de Eliane, em relação à comunidade jornalística, retomando o conceito impresso por Zelizer (1994). Em outras palavras, não é que a objetividade, o imediatismo e a transparência não façam parte dos ideais de Eliane. O ponto é que ela parece ir além, compreendendo que o reducionismo positivista impede que as sensibilidades de entrevistador e fonte se interliguem. Atuando por um jornalismo que contempla multiplicidade da vida, Eliane parece reconhecer que o jornalismo se trata de um fazer complexo, que não pode ser reduzido a um encontro EU-ISTO, ou em busca de respostas que expliquem o mundo de maneira direta, como um espelhamento da realidade. Ao contrário disso, Eliane reconhece os seus próprios limites. Em um ato de humildade, a jornalista mais premiada do Brasil, aquela que encanta pela maneira como consegue usar as palavras a fim de contextualizar a complexidade da vida, reconhece os limites do não saber, porque “há experiências que não viram sujeito, verbo e predicado” (BRUM, *ibid.* pág 156). Quando isso acontece, ou seja, incapacidade de transformar o vivido em escrita, “só nos resta a humildade de aceitar os limites [...] e uma felicidade secreta pelo privilégio de viver algo que não pode ser dito”. (BRUM, *ibid.* pág.156). Sobre isso, Eliane conclui que essa é uma angústia permanente, que diz respeito a própria redução da vida, quando confinada em palavras.

Neste paradoxo dual entre objetividade vs subjetividade, Medina (2008) sugere um movimento que parte da ‘herança positivista ao diálogo dos afetos’. Para a autora, é preciso juntar o que a herança positivista separou a técnica com a complexidade, devendo o jornalismo investir nessa relação mais humana entre fonte e repórter, mediada pela competência linguística. A meta seria conseguir que o jornalista seja, ao mesmo tempo, eficaz e complexo, situando-se no contexto analítico que se exige desse profissional na contemporaneidade, sem negligenciar seu lado mais sensível, emocional e, portanto, humano.

Nesta direção, acreditamos que a maneira mais profissional de se relacionar com as fontes, reside em justamente o jornalista ter consciência do quanto a sua subjetividade pode

interferir no conteúdo a ser captado. Existe uma armadilha em acreditar que é possível se posicionar com total isenção na atividade de comunicador social. De certa maneira:

Há um “grão de verdade” na ideia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente. Mas é igualmente pacífico que esse juízo vai inevitavelmente embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem. (GENRO FILHO, 1987, pág. 45-46)

O ponto é que não podemos ficar parados com receio de tocar os fatos com as mãos. Como situa Pontes (2017), muitas vezes o jornalista é tomado por certo conformismo, negando a possibilidade de trabalhar pela mudança social, e com isso termina aceitando e reproduzindo mediações que até mesmo desconhece ou não compartilha. Apontando para a mesma direção, lembremos da práxis, conceito que trata do homem como um sujeito que pensa o mundo e é parte desse mundo, portanto, ao mesmo tempo em que é tocado e subjetivado pelas circunstâncias em que está imerso, também poderá em certa medida, tocar e transformar a realidade. Genro Filho (ibid) estava atendo a essa questão, sabendo que há interferências inerentes à apuração de uma notícia ou reportagem, que são a pré-condição para a existência desses produtos como fato social. Nesta composição, agrega-se o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião do sujeito produtor de conteúdo jornalístico. Por sua vez, Eliane sabe que, ao escolher o ofício de contar histórias cotidianas do país – a história em movimento – carrega uma grande responsabilidade, criando um documento, que influencia o agora e também o depois, ajudando os intérpretes do futuro a compreender as contradições, as faltas e as paixões deste momento histórico.

Acredito na reportagem como documento da história cotidiana, como vida contada, como testemunho. Exerço o jornalismo sentindo em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história em movimento. Por isso exerço com rigor, em busca da precisão e com respeito à palavra exata. Mas também com a convicção de que a realidade é um tecido intrincado, costurado não apenas com palavras, mas também com texturas, cheiros, cores, gestos. Marcas. Também com faltas, excessos, nuances e silêncios. Ruínas. Na apuração de minhas matérias, busco dar ao leitor o máximo dessa riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas. (BRUM, ibid, p. 14)

A posição do jornalista na cadeia social não pode ser vista como um mero reproduzidor de fatos, muito pelo contrário, na condição de quem muitas vezes está como o principal

testemunho de dado acontecimento, é necessário reconhecer os seus limites e responsabilidades.

4.4 A escuta como interface

Quando Freud (2019) defende que a análise pessoal deve compor aquilo que ele chamou de *tripé de formação* do psicanalista, ele estava sinalizando que as subjetividades do analista podem, mesmo que de maneira inconsciente, interferir ou comprometer a atuação profissional. Em outras palavras, se não estiver disposto a investigar àquilo que se passa no âmago do seu próprio inconsciente, o analista estará menos preparado para lidar com intercorrências de seus pacientes. Ao olhar para si mesmo é preciso desenvolver

uma espécie de agudeza em ouvir o que está inconsciente e reprimido, que não está na posse igualmente de todos, tem seu papel a desempenhar. E aqui, antes de tudo, somos levados à obrigação do analista tornar-se capaz, por uma profunda análise dele próprio, da recepção sem preconceitos do material analítico. (FREUD, 2019. p. 212)

Mas o que a formação do analista tem a ver com aquilo que investigamos neste trabalho, ou seja, com a escuta em jornalismo? Bem na verdade, como já sabemos, Freud não nos deixou um manual da escuta na psicanálise, ele foi além, se preocupou em criar uma vertente da psicologia alicerçada por uma escuta especializada. Sendo assim, inferimos que *tudo* na teoria freudiana envolve uma preparação para a escuta que a psicanálise se propõe. Neste sentido, a análise pessoal visa, também, o aperfeiçoamento da capacidade do analista de escutar o Outro que está diante de si no *setting* terapêutico. Nesta mesma direção, encontramos nas palavras de Eliane Brum algo que evidencia uma preocupação semelhante à de Freud, relacionada com a postura da repórter diante de indagações sobre si mesma.

Para Brum (ibid, pág. 14) o repórter “não é, se torna”, e se torna ao ousar atravessar primeiro a larga e sempre arriscada rua de si mesmo. A própria intensidade do ato de viver tem a ver, para Eliane, com a capacidade de mergulhar no caos da condição humana. Sobre o seu ofício primordial, a escrita, ela diz se tratar de um ato físico e carnal, dando pistas de que não há como escrever algo diferente do que se é, porque assim ela afirma: “Eu sou o que escrevo” (BRUM, ibid. pág. 109). Esta é a literalidade com que Eliane encara a sua profissão, sabendo que tudo que ela tem para oferecer é ela mesma e, se ainda restam dúvidas de que ela está preocupada com a escuta de si, antes de se aventurar na escuta do Outro, ela confessa que tem uma larga estadia nos divãs de psicanalistas.

Na busca por compreender o que a escuta psicanalítica se propõe tecnicamente, retornamos ao nosso referencial teórico para recordar o que Freud (2019) chamou de a regra psicanalítica fundamental. Isso corresponde a deixar que o analisando associe livremente suas ideias, pensamentos e angústias. Em termos mais simples, isso significa a abertura para a prática da escuta, ou seja, garantir o silêncio necessário para que a fala (ou os gestos) do paciente possam vir à tona, com o mínimo de julgamento verbal (ou gestual) do analista.

Uma postura semelhante encontramos nas sugestões de Eliane, quando ela afirma que escutar se trata de esperar o tempo de cada um, tanto para falar, quanto para silenciar. Ao trazer o relato de sua experiência diante de Ailce, uma mulher acometida por um câncer terminal, Eliane destaca que quase não fazia perguntas durante a entrevista, optando, apenas, por pontuar as respostas da sua entrevistada, numa escuta delicada e muito atenta. Se o contrário disso ocorrer, ou seja, se a entrevistada optar pelo silêncio, Eliane também compreende que este é um ponto importante da escuta.

Suportar o silêncio do outro também é algo que diz respeito à condição de escutar. Segundo Eliane, vivemos em uma época de incontinência verbal e que ela se surpreende com a capacidade que muitos têm de preencher todo o tempo e o espaço com palavras muitas vezes sem dizer nada. Neste aspecto “o jornalismo, em parte, tem sido vítima e cúmplice dessa verborragia [...] o dito é, muitas vezes, tão importante quanto o não dito, o que o entrevistado deixa de dizer, o que omite (...) é preciso calar para ser capaz de escutar o silêncio”. (BRUM, *ibid.* pág. 191)

O cuidado que Eliane tem com as palavras é algo a ser destacado. Ainda sobre a vivência com Ailce, que durou alguns meses, Eliane relata que nunca mencionou a palavra câncer, mesmo sabendo que o prognóstico indicava que logo essa doença iria interromper a vida de Ailce. A reportagem era sobre o câncer de Ailce e, muito provável, se não estivesse atenta, Eliane poderia evocar este termo para perguntar algo já no primeiro encontro entre elas. Mas foi diferente e ela explica que se falasse em “câncer”, não poderia saber que Ailce não usava essa palavra e, assim, não compreenderia algo crucial da forma como ela lidava com a doença que a mataria. Eliane disse, também, que nunca falou sobre “morte” antes que Ailce pudesse trazer esta palavra, “se já sáísse perguntando, afobadamente, eu não saberia quanto tempo Ailce precisou para articular a palavra morte [...] não saberia também que ela só falava sobre a vida”. (BRUM, *ibid.* p. 274).

Como nos ensinam Dunker & Thebas (2019) na classificação chamada por eles de “os ágas” da escuta, retomamos que a hospitalidade consiste no ato de acolher o que o outro diz

na sua linguagem e no seu tempo próprio. Neste estado, reduzimos a importância e o valor que conferimos à imagem de nós mesmos, cumprindo uma função de hospedagem. Neste conceito conseguimos relacionar com as atitudes de Eliane diante de seus entrevistados. Ela conta que nas poucas vezes que deixou escapar alguma informação pessoal sua, causou uma certa surpresa o fato de ela não ter uma vida que não se limitava a escutar Ailce. “Na condição de narradora de uma vida, eu era uma casa vazia [...] eram suas as palavras que me preenchiam com história, habitando-me” (BRUM, *ibid.* pág. 250). Por fim, o hospedeiro é quem irá carregar, compartilhar e transmitir a experiência vivida. Depois de acolhido, tratado e reconhecido, a escuta nos transforma, tal como o mundo introduzindo uma diferença produtiva no encontro ocorrido. A responsabilidade de ser hospedeira, carregando a vida e a história de uma pessoa em seu texto, é algo que Eliane parece reconhecer muito bem quando fala da sua experiência com Ailce.

Só depois que fui capaz de perceber a enormidade do que ela havia me dado. Ninguém confiara em mim como ela. Eu escreveria sua história, e ela estaria morta. Pela primeira vez, a personagem principal de uma reportagem – por premissa, não por acidente – não estaria viva para lê-la. Ailce entregara seus dias e suas subjetividades, até seus segredos, para que eu lhe desse um corpo de letras. (BRUM, *ibid.*, pág.350)

A maneira como Eliane enxerga a importância das palavras, é outro um ponto que ela própria faz questão de relacionar com o saber psicanalítico: “pelo menos desde o Freud, que a forma como as pessoas dizem o que dizem, as palavras que elas escolhem ou deixam escapar dizem muito do que elas estão querendo dizer, dizem muito do que elas estão dizendo” (BRUM, *ibid.* pág. 311). Com Falcão & Macedo (2005) recordamos que Freud inaugurava, a partir da psicanálise, o tempo da palavra como acesso por parte do homem ao desconhecido em si mesmo, assim como o tempo de uma escuta diferente, que destaca a singularidade de sentidos da palavra enunciada. Nesse mesmo sentido, Eliane ressalta que um sinônimo não é igual, mas sim, semelhante. Para ela, aquilo que as pessoas falam, como dizem o que têm a dizer, que palavras escolhem, que entonação dão ao que falam e em que momento se calam revelam tanto ou mais delas quanto o conteúdo do que dizem. Isso está diretamente ligado com a questão da escuta, segundo a jornalista, porque “escutar é entender tanto o que é dito como o que não é dito [...] é compreender o que o silêncio também fala – ou compreender que as pessoas continuam dizendo quando param de falar” (BRUM, *ibid.* pág. 35). Em uma

reportagem complexa, que buscou traduzir em palavras a vida de mães que enterraram seus filhos vítimas do crime, Eliane fortalece a importância de escutar tudo que é dito:

Meu objetivo, ao fazer a reportagem sobre as mães dos meninos do tráfico, era olhar para elas – olhar para vê-las. A cada narrativa busquei contar não só das palavras, mas da forma de falar, dos gestos que desmentiam o que era dito, das repetições, das negações, dos silêncios [...] eu queria dar ao leitor a oportunidade de ver pelos meus olhos os detalhes, as texturas, as ausências e os excessos de seu inferno pessoal – e também todas as nuances do que as fazia sobreviver. (BRUM, *ibid.* pág. 208)

Para os jornalistas que consideram controlar os seus entrevistados, por meio de perguntas preestabelecidas, por exemplo, Eliane aponta para uma atitude oposta, pautada no não controle. É a realidade é que impõe o andamento da reportagem e não o contrário, ela afirma. Inclusive, aponta que a diferença entre ser bom repórter ou não está na capacidade de compreender o momento, esperar o tempo exato de falar, sem a intenção de arrancar nada de ninguém.

Eu não arranco nada. Só me comprometo a ouvir, a escutar de verdade, sem preconceitos. E se as pessoas me contam suas histórias é porque quiseram contar, porque me deram algo precioso: sua confiança [...] algo especial - a gente sabe quando acontece. Por isso não acredito em história arrancada. Quando me perguntam qual é a minha ‘técnica’ de entrevista, nunca sei o que dizer. Não conheço nem me interessa pelas técnicas de colegas que se orgulham em ‘arrancar’ respostas, confissões das pessoas. (BRUM, *ibid.* pág. 130)

A condição de ler a realidade que se coloca a sua frente, principalmente àquela que está distante de suas vivências cotidianas, exige que o repórter não presuma a partir de seus preconceitos, muitas vezes já cristalizados. Quem julga rápido demais – no jornalismo, no tribunal ou na vida- julga errado, nos ensina Eliane. Ela explica que muito jornalista experiente escorrega porque presume demais e presume a partir de seus preconceitos, de sua visão de mundo, de sua vida cotidiana numa realidade muito diferente. Parece que a vida sempre fica mais fácil quando reduzida a um ponto de vista que nos coloca como civilizados em contraposição ao outro – sempre frio, sujo, malvado e ignorante. “Tenho pena dos repórteres das teses prontas, que saem não com blocos, mas com planilhas para preencher aspas predeterminadas [...] donos apenas da ilusão de que a vida pode ser domesticada, classificada e encaixotada em parágrafos seguros”, ressalta Brum (*ibid.* pág. 192)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir do material coletado para análise, sendo os relatos de Eliane Brum acerca do seu processo criativo - da maneira como ela atua na prática do jornalismo – reconhecemos uma interface possível entre jornalismo e psicanálise.

Mas qual seria o grande diferencial de Eliane Brum, o que a jornalista mais premiada do Brasil pode nos ensinar sobre a arte de entrevistar? Certamente, muitas coisas. O aspecto que escolhemos analisar seguiu uma intuição, pautando a inferência de que Eliane lança mão de uma escuta apurada e sensível. Concluímos, assim, que a relação entre os dois campos se dá pela escuta, situando-a como uma ferramenta que potencializa a prática da entrevista jornalística. A psicanálise surge e se desenvolve na escuta e a partir da escuta singular a que se propõe. E que Freud inaugurou novos tempos, “o tempo da palavra como acesso por parte do homem ao desconhecido em si mesmo, e o tempo da escuta que ressalta a singularidade de sentidos da palavra enunciada” (FALCÃO & MACEDO, 2005, p. 65). Ter conhecimento disso foi determinante para supor que a escuta é, antes de mais nada, um elemento catalisador da comunicação humana. O ponto é que não encontramos subsídio teórico que abordasse o conceito de escuta jornalística, como um dispositivo instrumental desse campo. Assim, refletir acerca da prática jornalística, com base no conceito de escuta utilizado no campo da psicanálise, se tornou uma solução providencial.

Vale ressaltar que a trajetória acadêmica deste que assina autoria no presente trabalho, ocorre simultaneamente em duas formações. Da graduação em psicologia, que atualmente se encontra no quarto semestre, surgiu o interesse por uma das vertentes do campo – a psicanálise. Outro aspecto importante a ser destacado é a constatação de que a própria Eliane se mostra atravessada pelo saber psicanalítico. O que a gente faz, segundo ela, se referindo a atuação do repórter, é uma escuta meio psicanalítica mesmo. Além disso, Eliane confessa que dedica horas em divãs de psicanalistas, quando se refere às ressonâncias do processo de subjetivação, inerente a função relacional do jornalista. A união desses fatores justifica a escolha em investigar o conceito de escuta, já identificado como a base estrutural do saber psicanalítico.

Com Eliane, aprendemos que é possível escutar de maneira mais humana e acolhedora e que a escuta abre os caminhos para o caráter dialógico da abordagem jornalística, rememorando as elaborações de Medina (1990). Se existe um diálogo possível no jornalismo, certamente depende de uma escuta em que o repórter se abre para o espanto, para o novo, não

interrompe quando a pessoa está falando, consegue se despir dos seus preconceitos, esvaziar-se por inteiro para se relacionar com alteridade diante de qualquer pessoa entrevistada. Referindo-se as suas fontes, Eliane (2008) diz que ao tocá-las, escutar a sua dor, sentar-se em suas cadeiras de pregos, percebemos que somos mais semelhantes do que diferentes. A escuta operada por Eliane pode humanizar a atuação do repórter, porque opera a partir de uma ética de alteridade. Um gesto que prioriza o encontro EU-TU, diria Buber (1982), que não objetifica as relações, reconhecendo que a comunicação verdadeira requer troca, não o controle.

Antes de se reconhecer como alguém que escreve, Eliane se diz *escutadeira*. Atenta aos detalhes, ela elabora reportagens ricas em informação, sem que precise arrancar nada de ninguém - apenas comprometida em ouvir, em escutar de verdade. Se as pessoas lhe contam suas histórias é porque quiseram contar, afirma Eliane, é porque lhe deram algo precioso: a confiança. Usando as palavras de Medina (1973), quando a autora se refere aos jornalistas que se diferenciam no quadro profissional, nos referimos a Eliane como alguém que chegou a um patamar mais elaborado, sendo uma repórter que investiga o fato social que enriquece suas preocupações imediatas com uma preocupação filosófica.

Rech (2006) afirma que Eliane iluminou um mundo recluso, obscurecido pela emergência das notícias ou pela máxima de que, em jornalismo, a história só existe quando o homem é quem morde o cachorro, revertendo, assim, um dos mais arraigados dogmas da imprensa. Em uma atitude direcionada para a práxis, de alguém que não tem receio de tocar os fatos com as mãos, Eliane trabalha pela mudança social.

Segundo Rech (ibid), ao extrair reportagens antológicas de onde outros só enxergariam a mesmice, Eliane deu a zés e marias do sul do Brasil a envergadura de personagens de literatura tolstoiana. Ele ressalta ainda que, um dos segredos de Eliane para compilar histórias, é a empatia enigmática que ela estabelece com as suas fontes, tento olhos, ouvidos e, principalmente, o coração aberto diante da informação em estado bruto. Os apontamentos de Rech estão registrados no prefácio de *A vida que ninguém vê*, livro que preliminarmente movimentou a nossa curiosidade, acerca da maneira Eliane Brum de ser jornalista. As reportagens impressas nesta obra expressam aquilo que Reginato (2019) constatou como sendo algumas das finalidades do jornalismo: investigar, informar de modo qualificado, defender o cidadão, esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade, fiscalizar o poder e fortalecer a democracia – dentre outras.

Para Eliane, o que faz no jornalismo é um documento, que influencia o agora e, também, o depois, ao ajudar os intérpretes do futuro a compreender as contradições, as faltas e as paixões deste momento histórico. Ser jornalista é escolher o ofício de contar a história cotidiana do país, a história em movimento, é aceitar essa responsabilidade. Diante disso, não temos opção, precisamos contar direito ou a reportagem vira um documento sobre a incompetência do repórter, ressalta Eliane. A missão da imprensa, num país tão desigual como o Brasil, é aproximar mundos e neste sentido, só o encontro honesto, verdadeiro, permite reconhecimento e transformação.

6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Rubens. **O amor que acende a lua**. São Paulo. Papyrus, 2000.

BENETTI, Márcia; FREITAS, Camila. **Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência**. Brazilian Journalism Research. [S.1]. v. 13, n. 2, agosto, 2017.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre. Arquipélago, 2006.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. Porto Alegre. Arquipélago, 2008.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do diálogo**. São Paulo. Perspectiva, 1982.

DUNKER, Christian. Como aprender a escutar o outro? 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zo-jk4kVtE8&list=LLBn1UMIreVQesejySEZs5og&index=700>

DUNKER, Christian; THEBAS, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista**. São Paulo. Planeta, 2019. Editorial, 2006.

FALCÃO, Carolina. MACEDO, Mônica. **A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta**.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREUD, Sigmund. **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Autêntica, 2019. 6 v. Tradução Cláudia Dornbusch.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre. Ortiz, 1997.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, 4ª ed. Ver. e atual., 2012.
_____. **Estrutura da notícia**. Ática, 2006

MARIANO, Agnes. **Eliane Brum e a arte da escuta**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.307-322, jan/jun, 2011.

MARTINS, L. J. **Jornalismo Narrativo: alternativa e resposta para um novo nicho de mercado- Percepção dos elementos literários nas reportagens de Eliane Brum**. In: ENCICLOPÉDIA DO PENSAMENTO COMUNICACIONAL LATINO-AMERICANO, 2009, São Paulo. Anais... Cidade: Metodista, 2009. Disponível em <http://www2.metodista.br/unesco/1_Celacom%202009/arquivos/Trabalhos/Lilian_Juliana_Jornalismo_Narrativo.pdf> Acesso em: 28 jun. 2013

MEDINA, C. **A Arte de Tecer o Presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003^a

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1990.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

OLIVEIRA, Luis Fernando Lofrano de, 2020. **O insabido de Freud**. Seminário Teórico Clínico, 5º edição.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PONTES, Felipe. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide**. *Brazilian Journalism Research*. v. 13, n. 1, jan/abr, 2017.

RECH, M. Prefácio. In: BRUM, E. **A Vida que Ninguém Vê**. Porto Alegre: Arquipélago

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis. Insular, 2019.

TAVARES, Elaine. Sul 21, 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/04/o-jornalismo-assim-como-adelmo-vive-por-elaine-tavares/>. Acesso em: 31 de out. de 2020.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Florianópolis. Insular, 2005

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VEIGA, Marcia. **Alteridade como chave para os encontros com a diversidade**. Medium. Dec, 2006. Disponível em: <<https://jornalismonobrasil2017.com/a-alteridade-como-chave-para-os-encontros-com-a-diversidade-5fb57d69137a>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

VEIGA, Márcia. **A alteridade como chave para os encontros com a diversidade**. Medium, 2016. Disponível em: <https://medium.com/jornalismo-digital-no-brasil-em-2017/a-alteridade-como-chave-para-os-encontros-com-a-diversidade-5fb57d69137a>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

ZELIZER, B. (1993). **Os jornalistas enquanto Comunidade Interpretativa**. Revista de Comunicação & Linguagem.